IV ENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

CADERNO
4



MEMÓRIAS DO IV ENA

SUJEITOS COLETIVOS: PROCESSOS AUTO-ORGANIZADOS E AS PLENÁRIAS NO IV ENA

BH/MG • 31/maio a 3/junho de 2018

E56m Encontro Nacional de Agroecologia (4.: 2018: Belo Horizonte)
Memórias do IV Encontro Nacional de Agroecologia : agroecologia e democracia unindo campo e cidade. – 1. ed. - Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2021.
872 p. : il. color. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-87116-33-8

1. Agricultura – Brasil - Congressos. 2. Ecologia agrícola – Brasil - Congressos. 3. Agricultura sustentável – Congressos. 4. Democracia – Brasil - Congressos. I. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). II. Título.

488 630.27450981

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Lioara Mandoju CRB7 5331

IV ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

BH/MG • 31/maio a 3/junho de 2018

MEMÓRIAS DO IV ENA

SUJEITOS COLETIVOS: PROCESSOS AUTO-ORGANIZADOS E AS PLENÁRIAS NO IV ENA

CADERNO 4

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) estimula a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária a sua reprodução total ou parcial, solicitamos que o documento *Memórias do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA)* seja citado como fonte.

A versão eletrônica deste documento está disponível no *site* www.enagroecologia.org.br, onde também se encontram materiais complementares sobre o IV ENA, incluindo vídeos, fotos, reportagens e painéis de facilitação gráfica.

MEMÓRIAS DO IV ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (IV ENA)

CADERNO 4
Sujeitos Coletivos: processos auto-organizados e as plenárias no IV ENA

Coordenação editorial
Flavia Londres

Sistematização, redação e edição
Angélica Almeida
Marcelo Almeida
Natália Almeida

Revisão técnica
Flavia Londres
Denis Monteiro
Viviane Brochardt

Revisão de texto
Consultexto, Gilka Resende, Hugo Maciel

Projeto gráfico, capa, tratamento de imagens e diagramação
Mariana Fonseca

Ilustração de capa
Letícia Abelha

Fotos
Arquivo Cobertura Colaborativa do IV ENA: Ana Flávia, Angélica Almeida, Aquiles Castro, Caio Santos, Camila Teixeira, Carú Dionísio, Cecília Figueiredo,

Cintia Barenho, Clara Comandolli de Souza, Cris Guimarães, Cristiane Machado, Dowglas Silva, Eduardo di Napoli, Eliane Barros, Élida Galvão, Eudes Costa, Fábio Maciel, Gilka Resende, Gisele Ramos, Guilherme Assis, Helena Zelic, Ian Lara, Indi Gouveia, João Marcos Nunes, Juliano Vilas Boas, Kayke Quadros, Laira Carnelós, Leandro Bugni, Leonardo Koury, Lucas Abaporã Bois, Luiza Damigo, Luna Layse Almeida, Márcio Andrade, Marlene Antônia, Maysa Leão, Nádia Nicolau, Natália Alves, Nívea Martins, Paolo Marti G. P. de S. Viola, Paulo Castiglioni, Pedro Kolping, Pedro Lovisi, Raiane Mechetti, Robervania Cunha, Sandra Ribeiro, Sidivaldo Júlio Raimundo, Thaynara Policarpo, Tony Marlon, Upslon, Viviane Brochardt e Wanessa Marinho

Contribuições para o Caderno 4
Angélica Almeida, Anna Crystina Alvarenga, Antonio Dias, Bruna Pardinni, Christina Grupioni, Cristiane Oliveira, Danúbia Gardênia, Denis Monteiro, Fernando Rangel, Flavia Londres, Jesus Rosário Araújo, João Sobral, Júlio Pacheco, Laura Barroso, Leosmar Antônio, Lorena Anahi, Luísa Melgaço, Luiz Filho, Marcelo Almeida, Mariana Fonseca, Míriam Nobre, Natália Almeida e Raro de Oliveira. Colaboraram também representantes dos Grupos de Trabalho (GTs) Mulheres e Juventudes da ANA, do movimento indígena e do movimento quilombola

Equipe de relatoria das plenárias do IV ENA:
Agda Marina, Amélia Marques, Eluando Tonatto Mariano, Joana Mamedes, Linalva Cunha, Lindomar Lili, Sarah Luiza e Thalita Rody

Equipe de facilitação gráfica das plenárias do IV ENA:
Adriana Drummond, Beatriz Fernandes, Douglas Lopes, Ianah Maia, Jéssica de Paula, Marina Nicolaiewsky e Muriel Duarte

Os textos do Caderno 4 foram revisados coletivamente durante a Oficina de Imersão – Cadernos do IV ENA*, realizada em dezembro de 2018. Essa oficina reuniu cerca de 20 pessoas representantes das supercomissões de trabalho, da secretaria executiva e das plenárias do IV ENA (mulheres, juventudes e indígenas), além da Secretaria Executiva da ANA e da equipe de sistematização dos cadernos. Algumas pessoas não participaram da oficina, mas contribuíram posteriormente com a revisão dos textos.*

Tiragem
450 exemplares

SUMÁRIO

07
MEMÓRIAS DO IV ENA
JUNTAR CACOS PARA CONSTRUIR VITRAIS

09
APRESENTAÇÃO DO IV ENA
MUITOS ENCONTROS, UM TRANSBORDAR

11
MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: COMO OS CADERNOS ESTÃO ORGANIZADOS?
APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DO CONTEÚDO DOS SETE CADERNOS

12
MAPA DE CADERNOS

14
A IDENTIDADE DOS CADERNOS: MEMÓRIAS DAS MULHERES

15
QUEM SÃO AS MULHERES QUE INSPIRAM O QUADRO

17
COMO USAR ESTES CADERNOS?

19
SUJEITOS COLETIVOS: PROCESSOS AUTO-ORGANIZADOS E AS PLENÁRIAS NO IV ENA

22
PLENÁRIA DAS MULHERES

22
A FORÇA FEMININA E FEMINISTA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA

26
O DESAGUAR DAS MULHERES NO IV ENA

30
A VOZ DAS MULHERES

40
AS VOZES DA PLENÁRIA DAS MULHERES

47
HOMENAGEM A MARIA EMÍLIA PACHECO E ENCERRAMENTO

47
SÍNTESE DA PLENÁRIA DAS MULHERES

52
PLENÁRIA DAS JUVENTUDES

52
REGANDO A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

54
COLORINDO A PLENÁRIA E AGITANDO O PARQUE

55
CAMINHANDO, COMUNICANDO E ABRINDO ALAS

57
ANCESTRALIDADE E MÍSTICA NA MOBILIZAÇÃO DAS JUVENTUDES

61
PROSEANDO SOBRE AS DIMENSÕES PARA CONSTRUIR A AGROECOLOGIA

67
ÁGUAS QUE CARREGAM DESAFIOS E ANÚNCIOS

78
PLENÁRIA INDÍGENA

79
AS OFENSIVAS DO AGRONEGÓCIO E DOS CHAMADOS "GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO"

81
AS DENÚNCIAS DE RACISMO INSTITUCIONAL

85
PROCESSOS DE RESISTÊNCIA CONSTRUÍDOS NOS DIFERENTES TERRITÓRIOS

90
PROPOSTAS E REIVINDICAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS

98
PLENÁRIA QUILOMBOLA

100
CLAMORES DIANTE DAS EXPRESSÕES DE INJUSTIÇA NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

104
DENÚNCIAS E AMEAÇAS ENVOLVENDO COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARTILHADAS NO IV ENA

112
EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA E PROPOSIÇÕES DOS POVOS QUILOMBOLAS

115
SÍNTESE DA PLENÁRIA

MEMÓRIAS DO IV ENA
JUNTAR CACOS PARA CONSTRUIR VITRAIS

AQUI ESTÃO REUNIDAS ALGUMAS MEMÓRIAS DE UM PROCESSO DIVERSO, DESCENTRALIZADO E PLURAL QUE OCUPOU E COLORIU AS RUAS DE BELO HORIZONTE (MG), MAS QUE, SOBRETUDO, MOBILIZOU DIFERENTES TERRITÓRIOS DO PAÍS.

Segundo Ecléa Bosi — mulher estudiosa das histórias e das recordações —, "Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho".

E foi a partir de muito trabalho coletivo que esta publicação ganhou corpo; um trabalho desafiador de reconstruir os vitrais[1], os fios e os diversos caminhos percorridos na construção do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA).

Ecléa fala da memória, essa capacidade de conservar, lembrar e percorrer o vivido. Após 17 anos do nosso encontro no Rio de Janeiro (RJ), 12 anos depois do nosso encontro no Recife (PE) e 4 anos após o nosso encontro em Juazeiro (BA), realizamos novamente, em um contexto político tão desafiador, um processo nacional iluminado por um movimento descentralizado e coletivo.

Mesmo que você não tenha estado presencialmente no IV ENA, o convite aqui é para que escolha um lugar no Parque Municipal de Belo Horizonte para estar e para, pelo menos por alguns minutos, permitir-se algumas sensações. Ainda que nem todas e todos conheçam as ruas e os contornos da capital mineira, a terceira maior metrópole do país, é possível, de alguma forma, ouvir os tambores e ver as cores das bandeirolas entre árvores e bambus; é possível também contemplar e se maravilhar com a diversidade de pessoas, de saberes, de sabores, de "esperançares" vindos de norte a sul do Brasil.

Se esteve presente, procure a primeira memória, quem sabe a mais forte, a que mais emocionou você, e, a partir dela, percorra os momentos vividos durante aqueles dias. Sente-se, feche os olhos, respire fundo e deslize pelas páginas a seguir revivendo os

1. *O subtítulo deste texto tem inspiração no texto* Sistematização... Juntando cacos, construindo vitrais*, de Elza Falkembach (disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3139554/mod_resource/content/1/Juntando%20cacos,%20construindo%20vitrais%20-%20Elza%20Maria%20Fonseca.pdf).*

gostos e cheiros, relembrando os abraços dos reencontros, os sorrisos e acenos vindos de longe, do outro lado da multidão.

Essa diversidade fez de Belo Horizonte território de encontro para celebrar resistências e afirmar nossa força coletiva. Mesmo sem ter estado fisicamente no IV ENA, é possível sentir o coração aquecer e pulsar pela agroecologia, pela democracia, pela terra e pela defesa de tantos direitos ameaçados.

Organizada em sete cadernos, a sistematização do IV ENA é, assim, um convite para que possamos reviver e nos reencontrar com pessoas, sentimentos, desafios, denúncias, potências e muitos outros processos que compuseram um balaio diverso de atividades e lembranças.

Com a certeza de que qualquer mergulho neste processo seria incompleto, nossa sistematização foi artesanal. Exigiu bricolagens, novas pesquisas e escutas, idas e vindas aos vídeos e às fotos. Esforços grandes, mas seguros de sua incapacidade de retratar a riqueza de momentos, processos e conteúdos tão diversos e imersos em distintas complexidades e cuidados.

Este conjunto de cadernos é um presente à cidade de Belo Horizonte, que acolheu de braços abertos a construção desse território agroecológico e que se desafiou, neste contexto político e financeiro tão adverso, a receber muito mais de 2 mil pessoas no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, no Plug Minas e em vários cantos, casas e praças. É também um presente aos territórios, às mulheres, às juventudes, aos povos e às comunidades tradicionais que, com força e coragem, fizeram do IV ENA um sonho possível.

A capa de cada caderno, suas ilustrações e seu percurso de construção representaram desafios que partilhamos com muito cuidado. Esperamos que este conjunto de cadernos desperte, remexa e conecte as memórias e as experiências que cada uma e cada um carrega, além de fortalecer os anúncios que as organizações, os coletivos e os movimentos sociais envolvidos neste bonito processo desejam visibilizar.

Em tempos de tantos retrocessos, desafios e medos, em que nossas memórias estão sendo apagadas, partilhar histórias tecidas pelo povo na construção de alternativas aos modelos predatórios de produção de alimentos e da vida nos parece um dos nossos compromissos políticos e pedagógicos na construção da nossa resistência.

Mais à frente, os textos apresentam melhor o IV ENA e o processo coletivo que tornou possível esta publicação. Desejamos um ótimo passeio pelas nossas memórias.

Com muito carinho,

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

APRESENTAÇÃO DO IV ENA

MUITOS ENCONTROS, UM TRANSBORDAR!

BELO HORIZONTE (MG) PRESENCIOU, ENTRE OS DIAS **31 DE MAIO E 3 DE JUNHO DE 2018**, A CULMINÂNCIA DE UM INTENSO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA AGROECOLOGIA E DA DEMOCRACIA CONSTRUÍDO POR MÚLTIPLOS ATORES QUE COMPÕEM A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA) NOS MAIS DIVERSOS CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS DO BRASIL.

Evocando os 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 e em torno do lema *Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade,* o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) reuniu, na capital mineira, mais de 2 mil participantes, além de aproximadamente 40 mil moradoras/es, que visitaram os espaços abertos do evento.

Corpos, cores, cheiros, sotaques, sabores, quereres e saberes de todos os estados brasileiros ocuparam o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, ganhando centralidade, em meio à profusão de experiências, ao protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, das florestas, das águas e das cidades. Enredadas/os na mesma construção do bem viver, marcaram presença no encontro povos indígenas de 38 etnias, quilombolas, camponesas/es, extrativistas, pescadoras/es, faxinalenses, agricultoras/es familiares rurais e urbanas/os, geraizeiras/os, sertanejas/os, vazanteiras/os, quebradeiras de coco, caatingueiras/os, criadoras/es em fundos e fechos de pasto, seringueiras/os, representantes de comunidades ribeirinhas, de povos tradicionais de matriz africana e de povos de terreiro. Também participaram técnicas/os, educadoras/es, pesquisadoras/es, extensionistas e estudantes, gestoras/es públicas/os, representantes da cooperação internacional e aliadas/os da agroecologia vindas/os de 14 países da América Latina, do Caribe e da Europa.

Com 70% do público composto por agricultoras/es familiares, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, o IV ENA aconteceu com participação paritária entre mulheres e homens, valorizando, de forma expressiva, a presença das juventudes.

Ao longo dos seus quatro dias de realização, a programação do Encontro contou com mais de 100 atividades, incluindo plenárias, seminários temáticos, tendas com instalações artístico-pedagógicas dos territórios, vivências e oficinas autogestionadas. Também foram promovidos a *Feira Saberes e Sabores*, a *Feira da Agrobiodiversidade*, o *Espaço da Saúde*, a *Ciranda Infantil* e apresentações artístico-culturais.

A efervescência de todo esse caldo político e cultural ganhou as ruas de Belo Horizonte em um ato público em favor da agroecologia e da democracia, seguido de uma farta partilha no *Banquete Popular Agroecológico,* que selou o Encontro.

Não só nos dias do IV ENA, mas também nos encontros regionais, estaduais e locais preparatórios, a expressão dessa construção coletiva, descentralizada e diversa reverberou nos diferentes territórios, dando visibilidade às experiências de sujeitos que resistem denunciando as ofensivas do modelo de desenvolvimento dominante e anunciando a potência dos seus modos de existir, produzir e de defender o bem viver.

Para preservar a memória desse rico processo que transbordou nos dias do IV ENA e que permanece gerando frutos, preparamos uma coletânea de registros que conta os desafios e aprendizados desse importante fórum de agroecologia e seus legados para o movimento agroecológico brasileiro. São cadernos que trazem as vozes e diversidades da agroecologia, com o propósito de fazer emergir diferentes pautas, sentidos políticos, convergências e disputas travadas em torno da sustentabilidade da vida.

Esperamos que esta leitura possa despertar o desejo de um Brasil cada vez mais agroecológico — no pleno sentido do projeto de sociedade engendrado pela Articulação Nacional de Agroecologia e por seus sujeitos —, bem como inspirar e animar iniciativas diversas de construção de outra realidade possível: justa, democrática e solidária!

MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: COMO OS CADERNOS ESTÃO ORGANIZADOS?

APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DO CONTEÚDO DOS SETE CADERNOS

Lembrança puxa lembrança, e seria preciso um escutador infinito.
Ecléa Bosi

Neste processo de construção das memórias do IV ENA, a sistematização como um potente processo de registro, organização de conteúdo e de partilha sensível dos nossos aprendizados coletivos tornou-se para nós uma oportunidade de colher histórias e registros para além da feitura de um relatório.

Estes cadernos nasceram da preocupação da Secretaria Executiva e do Coletivo Nacional de Comunicação da ANA em construir um documento acessível, lúdico e com um investimento afetivo e técnico que pudesse partilhar um material com capacidade de diálogo com a sociedade — transbordando nossos campos mais convencionais de comunicação e "falando" para fora das nossas fronteiras de interação.

Com isso, optamos por investir energia em um material didático, no formato de caderno, afastando-nos um pouco da ideia inicial de anais — publicação extensa e comumente usada para registrar encontros e eventos acadêmicos. Arriscamo-nos, assim, a produzir um material interativo, que se desafiasse a estar mais próximo às pessoas e mais presente em nosso cotidiano de trabalho, atuação, estudo e criação.

Cadernos possíveis de rabiscar, recriar, ajustar e comprometidos com esse desafio sempre incompleto de criar "escutadores", como brinca Ecléa Bosi na epígrafe que abre esta apresentação. Cada relatoria, oficina, conversa, foto e vídeo reabriu uma caixa infinita de histórias. Por isso, temos certeza da incompletude deste material.

Outra aposta foi construir um conjunto de cadernos que impulsionassem outros processos pedagógicos e políticos nos territórios. Cadernos de memórias desenhados para serem disparadores de outras histórias e lembranças, reativando a potência do processo de construção do IV ENA.

Cadernos estes só possíveis pela colaboração de muitas mãos, rascunhados e palavreados por representantes de comissões diversas, em momentos e situações distintas. Esse material começou a ser sonhado coletivamente no Rio de Janeiro, em uma reunião no dia 10 de agosto de 2018, com parte da Comissão Organizadora do IV ENA, e, desde então, envolveu uma equipe composta por quatro pessoas, além da parceria atenta da Secretaria Executiva da ANA. Pessoas que mobilizaram muitas outras, em reconhecimento de que seria impossível sistematizar e expressar a beleza e força do Encontro sem partilhar seus princípios coletivos, descentralizados e diversos de construção.

Assim sendo, dois espaços presenciais mais ampliados foram convocados para reunir múltiplas cooperações: uma oficina sobre a alimentação e o *Banquete* do IV ENA, no dia 26 de outubro de 2018, em Belo Horizonte; e uma oficina de imersão, com pessoas das diferentes comissões organizadoras do Encontro, nos dias 6 e 7 de dezembro do mesmo ano, em Prudente de Morais (MG), para compartilhar e revisar coletivamente o material até então elaborado, e também para colher complementações. Mantendo ainda, de forma permanente, diálogos virtuais e presenciais com essas/es e outras/os representantes.

MAPA DOS CADERNOS



CADERNO 1 – AS MUITAS MÃOS QUE SEMEIAM A AGROECOLOGIA E SE ENTRELAÇAM NA ANA

Esse fascículo contextualiza as raízes que sustentam o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) e apresenta a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a trajetória dos encontros nacionais para, então, adentrar a experiência do Encontro, sua constituição, sua realização, seus balanços e seus aprendizados.



CADERNO 2 – SENTIR, PENSAR E AGIR: O PROCESSO PREPARATÓRIO

Apresenta o intenso desenrolar de reflexões e ações que resultaram no IV ENA em Belo Horizonte. Além das estratégias, dinâmicas e atividades construídas pelas comissões organizadoras e supercomissões de trabalho, o Caderno 2 traz também alguns dados, histórias, desafios e aprendizados do processo preparatório do Encontro.



CADERNO 3 – O FAZER COLETIVO DA AGROECOLOGIA: METODOLOGIAS, PROCESSOS COLABORATIVOS E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Partilha aprendizados sobre o processo de construção metodológica do IV ENA, apontando alguns dos seus princípios, e sistematiza em fichas-resumo algumas das diversas atividades que desenharam a programação do Encontro.



CADERNO 4 – SUJEITOS COLETIVOS: PROCESSOS AUTO-ORGANIZADOS E AS PLENÁRIAS NO IV ENA

Apresenta os principais diálogos construídos pelas mulheres, juventudes, indígenas e quilombolas em seus processos auto-organizados preparatórios ao IV ENA, bem como em suas plenárias ao longo do Encontro.



CADERNO 5 – SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DO IV ENA: SEMENTEIRAS DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

Compartilha as experiências e reflexões de 14 atividades temáticas que aconteceram simultaneamente no IV ENA. Os temas que serviram de referência para cada seminário foram escolhidos devido ao potencial de aglutinar debates referentes à construção da agroecologia no Brasil e, dessa forma, catalisar novas aprendizagens e propostas de ação.



CADERNO 6 – A VOZ DOS TERRITÓRIOS: ANÚNCIOS E DENÚNCIAS DA AGROECOLOGIA

Esse é o caderno que colhe os frutos, as memórias, os anúncios e as denúncias que pulsam em diversos territórios. Seminários territoriais construídos a partir das *Instalações Artístico-Pedagógicas* são a matéria-prima dessa publicação, que traz sínteses, em mapas e tabelas, que reúnem as mais de 47 experiências agroecológicas socializadas durante as atividades.



CADERNO 7 – AFETOS E REBELDIAS: SOBRE AS FORÇAS QUE NOS MOVEM

Esse caderno fecha ou abre, dependendo do ponto de vista, o ciclo de memórias do IV ENA. Expressa, em imagens, depoimentos, números e emoções, o processo de construção do Encontro e o colorido de seus dias.

A IDENTIDADE DOS CADERNOS: MEMÓRIAS DAS MULHERES

O conceito proposto retrata em uma só tela sete mulheres cujas presença e liderança foram essenciais para a construção do IV ENA. A proposta foi de a tela servir como uma obra de arte em si mesma, mas também como ilustrações individuais de capa para os sete cadernos que compõem esta coletânea.

Essas mulheres representam, cada uma a seu modo, o coração do movimento agroecológico no Brasil. Conhecer um pouco de suas vidas e lutas nos últimos meses foi um sopro de esperança no cenário atual, tão propício a retrocessos e tão ameaçador para a vida desta terra que nos sustenta. Uma lembrança oportuna de quem realmente alimenta este país.

A intenção ao retratá-las, além da homenagem a personalidades específicas, é mostrar o rosto real das lutas agrárias, ambientais e sociais no Brasil — o que muitas vezes é perdido em meio aos ainda enraizados preconceitos e institucionalismos. São femininas as mãos que plantam nosso solo; negras, LGBTI+s, quilombolas, indígenas, curandeiras, camponesas e muito mais. Assim tem sido por toda a nossa história, e esse é um pequeno esforço no caminho do reconhecimento e da valorização do povo que verdadeiramente vive pelas terras brasileiras. Não para esgotar seus recursos de maneira predatória e gananciosa, mas para que elas floresçam, prosperem e alimentem com saúde suas filhas e seus filhos.



Esses rostos foram retratados em meio à natureza, que também protagoniza a agroecologia, entre rios, animais e plantas, que são verdadeiras riquezas deste país. Mananciais de vida que a terra tão generosamente oferece e que, nessa delicada e complexa teia socioambiental, tecem a manta necessária para nossa existência. As bandeirolas, as mandalas de sementes e o rio da vida são elementos afetivos que simbolizaram o IV ENA, lembrando o Encontro construído a muitas mãos, a festa da celebração dos nossos esforços por uma vida mais saudável e harmônica. Um retrato possível do Brasil em suas cores e lutas tão variadas — as quais, nesta vasta extensão territorial, resistem de norte a sul. Que os frutos se multipliquem e que a terra esteja sempre fértil para o plantio de nossas esperanças!

QUEM SÃO AS MULHERES QUE INSPIRAM O QUADRO

JOANA FERNANDES SEBBEN: representante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) da região oeste de Santa Catarina (SC). Joana é uma das entrevistadas do curta-metragem *Mulheres da Terra*, produzido pela Plural Filmes. Ela conta das experiências com sementes e da resistência da mulher camponesa no Sul do Brasil (Capa do Caderno 1).

MAYÓ PATAXÓ: terapeuta indígena da Aldeia Pataxó Nova Coroa (BA). É parceira e liderança em processos terapêuticos nos encontros de agroecologia, principalmente em Minas Gerais, onde anima uma cooperativa voltada aos cuidados, dentre os quais se destaca a Troca de Saberes, na Universidade Federal de Viçosa (UFV) (Capa do Caderno 2).

JULIANA DE MEDEIROS DINIZ: agricultora urbana de Magé (Região Metropolitana do Rio de Janeiro). É integrante do Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (Aarj) e da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e criadora, entre tantas magias, da farinha de jiló (Capa do Caderno 3).

AMANDA XUKURU: Amanda Leite Santos tem 24 anos e é mais conhecida no seu povo como Amanda Xukuru. Mora no território indígena Xukuru do Ororubá, na aldeia Capim Planta, na cidade de Pesqueira (PE). Faz parte do coletivo Juventude Xukuru do Ororubá Poyá Limolaygo (*Pé no Chão*). Cursou Agroecologia no Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), em Ibimirim (PE) (Capa do Caderno 4).

APARECIDA ARRUDA: mais conhecida como Tantinha, cultiva ervas, produz remédios caseiros de plantas medicinais e lanches naturais no Ervanário São Francisco, em Belo Horizonte, e compartilha seus conhecimentos em oficinas e cursos, bem como na Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (Amau), da qual participa desde o seu início, em 2004 (Capa do Caderno 5).

DONA DIJÉ: Maria de Jesus Bringelo: mulher quilombola, maranhense, mãe e avó, quebradeira de coco-babaçu e fundadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); liderança dos povos e comunidades tradicionais, fez sua passagem em setembro de 2018 (Capa do Caderno 6).

ALESSANDRA MUNDURUKU: jovem líder do povo Munduruku na Amazônia brasileira. Alessandra se juntou à luta de sua comunidade por sobrevivência quando esta foi ameaçada pela inundação do projeto da megabarragem da Usina Hidrelétrica do Tapajós, no Pará (Capa do Caderno 7).

COMO USAR ESTES CADERNOS?

É do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.
Henri Bergson

Ao longo de todos os cadernos, buscamos relembrar a sensível conexão entre discurso e prática. Esperamos que esta publicação possa colorir as prateleiras de organizações, universidades e bibliotecas, mas ir além.

Para nós, partilhar este conjunto de cadernos, desta forma, é mais uma maneira de reforçar a potência da agroecologia de construir novas relações, cuidados, formas de diálogo e ação política.

Listamos brevemente algumas poucas e singelas ideias que podem ser acionadas, além de muitas outras, para que todas e todos nós possamos assumir, nas nossas localidades, colégios, escolas, assentamentos, fóruns, Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e feiras (entre outros muitos espaços nos quais estamos presentes), esse compromisso coletivo de lançar em muitos ventos e terrenos férteis as sementes disseminadas no IV ENA:

enagroecologia.org.br

- Organizar lançamentos dos cadernos em espaços públicos, mesclando a apresentação do material com a exibição de vídeos, com celebrações musicais e gastronômicas.
- Realizar banquetes populares em espaços públicos.
- Fazer *releases* e divulgar o material na imprensa local, em *sites* e jornais regionais, promovendo entrevistas.
- Utilizar parte do material como referência de estudo em aulas, oficinas e palestras.
- Construir jornais murais síntese dos cadernos e expor nas comunidades rurais e urbanas.
- Promover rodas de mulheres para leitura de seções especiais.
- Elaborar varais, *spots* de rádio e exposições fotográficas com trechos, imagens e depoimentos dos cadernos.
- Visitar o *site* **Agroecologia em Rede** e inserir novos relatos e experiências no mapa de anúncios e denúncias.





SUJEITOS COLETIVOS: PROCESSOS AUTO-ORGANIZADOS E AS PLENÁRIAS NO IV ENA

AS PLENÁRIAS NO IV ENA

"Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. [...] Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade."

(Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*, 1996)

Ancorado na perspectiva da educação popular, o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) propôs espaços de reconhecimento e compartilhamento dos diversos saberes trazidos pelas/os participantes por meio de diferentes metodologias que buscaram valorizar a expressão de todas/os. Um desses ambientes foram as plenárias, que se constituíram como momentos de discussões específicas acerca da realidade das mulheres, das juventudes, das/os indígenas e das/os quilombolas; seus desafios e suas resistências na construção do movimento agroecológico.

Representando ao menos 50% do público e com um expressivo protagonismo na organização do IV ENA, as mulheres realizaram uma grande assembleia no primeiro dia do encontro, 31 de maio, em torno do lema *Sem Feminismo, Não Há Agroecologia*. Articuladas pelo Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), as participantes demarcaram sua auto-organização apresentando os *Rios da Vida das Mulheres* de todas as regiões do país, pelos quais foram compartilhadas as experiências tecidas nos diferentes territórios e a ampla participação feminina na história da agroecologia ao longo das últimas décadas. Além disso, a **Plenária das Mulheres** fortaleceu as participantes para uma discussão qualificada em todos os espaços do Encontro, a partir da identificação das principais pautas trazidas pelas mulheres e suas contribuições nos diferentes temas de aprofundamento.

A **Plenária das Juventudes** reuniu jovens dos diferentes territórios agroecológicos do Brasil, representando quase 30% das/os participantes do IV ENA, para compartilhar suas denúncias e seus anúncios relacionados ao momento histórico de aprofundamento do golpe, no intuito de construir coletivamente os rumos das juventudes dentro da ANA. Desde a criação do Grupo de Trabalho (GT) das Juventudes da ANA, formado por 12 jovens de diferentes estados, têm sido construídas ações específicas para o fortalecimento das juventudes agroecológicas, e a plenária se constituiu como espaço para pensar e impulsionar estratégias coletivas para a ampliação de sua representatividade.

Pela primeira vez na história dos Encontros Nacionais de Agroecologia e em reconhecimento à contribuição desses povos na construção da agroecologia, foram realizadas a **Plenária Indígena** e a **Plenária Quilombola**. Povos indígenas de 38 etnias e representantes de comunidades quilombolas, vindas/os de todas as regiões do Brasil, realizaram discussões em assembleias auto-organizadas, nas quais enfocaram aspectos centrais de suas lutas: as diferentes formas de violação de direitos que os atingem, bem como as expressões de resistências nos territórios e suas proposições para os movimentos sociais e órgãos públicos.

Este caderno é produto desses espaços plurais e expressão da diversidade de identidades, lutas e resistências. Ao apresentar de forma integrada essas memórias, busca apontar convergências, compartilhar fortalezas e permitir olhares mais abrangentes sobre esses espaços de articulação, reconhecimento e encontro.

Para as mulheres jovens indígenas ou quilombolas, por exemplo, pelo menos três plenárias são ambientes de interesse. Partilhar conjuntamente as memórias desses momentos é, sobretudo, um movimento de fortalecimento dessas identidades e lutas, considerando que cada uma dessas plenárias expressa processos desafiadores de articulação prévia, mobilização, cuidado com a representatividade, com a renovação e com os métodos de construção de suas ações.

No caso das plenárias das Mulheres e das Juventudes, é preciso destacar a atuação dos Grupos de Trabalho (GTs) da ANA, coletivos organizados que reúnem representantes de organizações e movimentos sociais de diferentes locais do Brasil em prol do fortalecimento desses sujeitos, a partir de estratégias próprias de atuação. Desde 2004 e de 2016, o GT Mulheres e o GT das Juventudes da ANA, respectivamente, fazem parte das dinâmicas organizativas da Articulação. Apesar de não estarem organizados em grupos específicos, indígenas e quilombolas também participam nos espaços decisórios da ANA, tendo contribuído de forma direta para a construção

das plenárias. A Plenária Indígena foi mobilizada por representantes da Articulação de Povos Indígenas do Brasil (Apib) e da Associação Caianas (Terena – MS), em diálogo com membros de outras articulações indígenas e da Fundação Nacional do Índio (Funai); e a Plenária Quilombola, por representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Mesmo diante de tantos desafios, essa memória não deixa dúvidas da força das mulheres, das juventudes, dos povos indígenas e quilombolas desse Brasil de vastas dimensões e de como a crescente incorporação do enfoque agroecológico por esses povos vem fortalecendo as suas lutas em defesa dos territórios, das suas culturas e da sua autonomia. Essa memória reafirma também ameaças, violações e abusos sofridos pelos diferentes territórios. Criar unidade, reinventar práticas de ação e tantos outros caminhos são assuntos que buscamos costurar nessas páginas.

Organizado pelas quatro plenárias, o caderno retrata parte da enorme riqueza e força desses momentos. Esperamos que essas memórias, sínteses, propostas e recados possam voltar aos territórios e ser reinventados e fortalecidos pela prática de cada coletivo e comunidade, abastecendo as nascentes, fontes de tantas resistências.



Plenária das Mulheres

A FORÇA FEMININA E FEMINISTA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA

A Plenária das Mulheres é expressão de um processo de auto-organização feminista que tem sua nascente nas lutas travadas cotidianamente nos territórios da agroecologia, em enfrentamento às diferentes manifestações das desigualdades de gênero que perpassam as realidades familiares, comunitárias, institucionais e sociais de toda ordem.

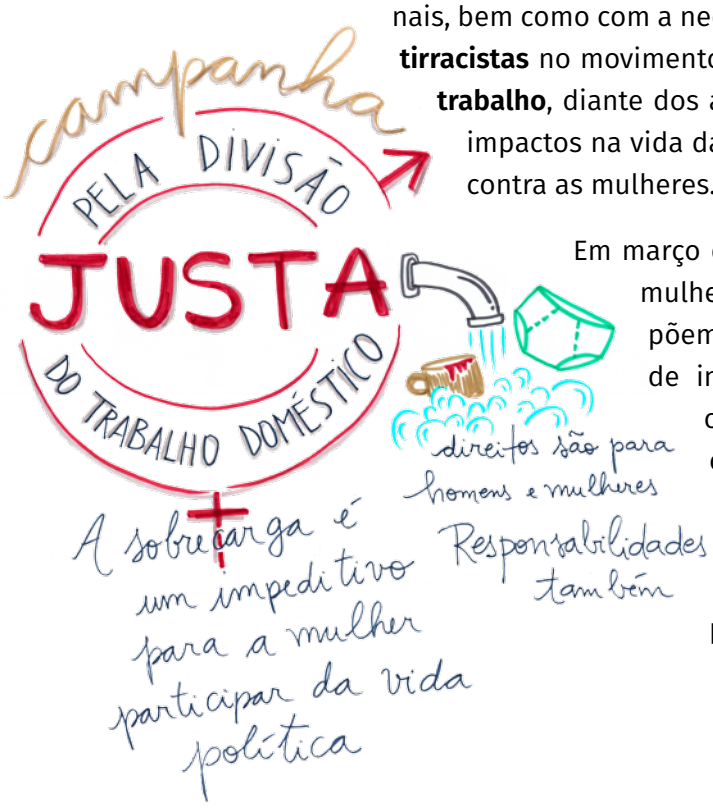
O Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), que historicamente tem lutado para o reconhecimento das contribuições das mulheres e o fortalecimento de sua auto-organização dentro e fora da Articulação, construiu dois espaços nacionais preparatórios para planejar a atuação das mulheres no IV ENA: nos dias 6 e 7 de dezembro de 2017, em Belo Horizonte (MG), e no dia 12 de março de 2018, em São Paulo (SP). Tais espaços buscaram uma incidência transversal ao longo de toda a concepção e realização do IV ENA, planejando estratégias de visibilização das contribuições das mulheres nas várias atividades e nos temas discutidos, com o olhar para as especificidades das diferentes identidades femininas.



No seminário nacional, que aconteceu em dezembro de 2017, 36 participantes de 10 estados debateram propostas de atividades formativas e de mobilização das mulheres, bem como conteúdos e experiências para todos os 14 seminários temáticos que se encontravam em preparação. Foi acordado entre as presentes o envolvimento na organização e a participação nos encontros regionais preparatórios ao IV ENA — os ERÊs, com a realização de oficinas de construção do *Rio da Vida das Mulheres*, em resgate e valorização da contribuição das mulheres na construção da história da agroecologia. Cada *Rio da Vida das Mulheres* foi, assim, elaborado nos ERÊs do Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Na Região Amazônica, o *Rio da Vida das Mulheres* foi construído durante a atividade *I Conversatório de Mulheres: danos dos grandes projetos e ações de resistência das mulheres*, realizado em Santarém (PA) com a participação de 80 mulheres do Baixo Amazonas e do Baixo Tocantins, duas regiões do Pará.

SAIBA MAIS SOBRE O RIO DA VIDA NO CADERNO 3: *O FAZER COLETIVO DA AGROECOLOGIA: METODOLOGIAS, PROCESSOS COLABORATIVOS E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE*

No seminário, além de pensar em formas de aprofundar a conexão campo-cidade e mostrar os benefícios da agroecologia para a população em geral, foi destacada a preocupação com a inclusão das juventudes e das realidades vividas pelos povos tradicionais, bem como com a necessidade de amplificação das lutas **antirracistas** no movimento agroecológico; com a **justa divisão do trabalho**, diante dos avanços do conservadorismo e de seus impactos na vida das mulheres; e com o fim das violências contra as mulheres.



Em março de 2018, reuniram-se, em São Paulo, 15 mulheres de movimentos sociais que compõem a ANA para detalhar as propostas de intervenção feminista. Foram definidas orientações para a afirmação da agroecologia como processo político fortalecedor para enfrentar o avanço do conservadorismo e mobilizar contra os desmontes das políticas públicas e para denunciar que não é mais possível

tolerar o machismo e a violência contra as mulheres na sociedade e nas organizações. O folheto *Sem Feminismo, Não Há Agroecologia* é fruto dessa afirmação, em resgate da trajetória das mulheres na construção da ANA, diante dos desafios do atual contexto, das resistências nos territórios e do olhar sobre os biomas.

+ www.agroecologia.org.br/files/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf

Como parte dessa construção, a tematização da igualdade racial ganhou fôlego ao longo do IV ENA. As mulheres negras se posicionaram fortemente no Encontro, reivindicando o reconhecimento dos seus saberes ancestrais e do seu protagonismo no movimento agroecológico, afirmando que *Se tem racismo, não tem agroecologia*:



"A agroecologia sempre fez parte da negritude, dos povos negros. O nosso jeito de viver, de fazer e de se relacionar uns com os outros e com a natureza sempre foi um modelo agroecológico. A gente vai vendo que, ao longo dos tempos, vêm os estudos, toda essa coisa de sistematizar experiências, e dá-se o nome de agroecologia. *Mas o nosso fazer sempre foi agroecológico. Hoje, pra gente é importantíssimo estar aqui no IV ENA enquanto mulheres negras na agroecologia, porque a gente foi vendo que esse nosso fazer, sistematizado e dito agroecológico, passou a se tornar "menos negro", passou a não respeitar, a não visibilizar, de fato, nós, mulheres, homens, jovens negras e negros. Então, nós resolvemos que é preciso dizer neste IV ENA que nós, povos negros, especialmente nós, mulheres negras, de fato existimos, sempre fizemos agroecologia e não queremos estar apenas lá na base da pirâmide, queremos estar no topo, entendeu? Estar nos espaços de poder, ter essa voz, ser visível no que fazemos. Assumir a direção também dos movimentos agroecológicos é o nosso lugar, é o nosso papel, e a gente sabe exercitar, a gente sabe fazer, e estamos aqui assumindo o nosso papel.*

Luíza Cavalcante Santos Dias, agricultora agroecológica de Pernambuco

Foi também no conjunto de ações construído pelas mulheres que representantes de diferentes organizações e regiões se somaram, no dia 1º de maio, a petroleiras/os e representantes de movimentos sindicalistas, feministas e de juventudes em um ato que reuniu cerca de 300 pessoas em frente à Refinaria Gabriel Passos, em Betim (MG), em defesa da Petrobras. Somaram-se, ainda, a uma intervenção, no dia 2 de maio, em frente ao Memorial Minas Gerais Vale, museu de arte e cultura patrocinado pela mineradora Vale, em denúncia sobre a destruição do Rio Doce e de muitas comunidades ao seu redor, em virtude do rompimento da Barragem de Fundão: *"Estamos aqui contra a Vale, que destrói nossa soberania, nossa memória, nosso corpo e nossos territórios"*.

A Plenária das Mulheres se situa, assim, em um contexto maior de anúncio do protagonismo feminino na construção e memória da agroecologia e demarca a radicalidade do projeto que as mulheres defendem, diante da estrutura patriarcal, machista, racista e LGBTIfóbica que organiza a sociedade e do avanço do conservadorismo e das rupturas institucionais.



O DESAGUAR DAS MULHERES NO IV ENA

A Plenária das Mulheres foi realizada no dia 31 de maio, na tenda principal montada no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, e alcançou, além das mil pessoas presentes, aproximadamente 75 mil participantes *on-line*, por meio das mídias sociais da Articulação Nacional de Agroecologia.

Uma mística de abertura deu o tom marcante da plenária, com o encontro dos *Rios da Vida das Mulheres da Agroecologia*, que foram construídos nos processos regionais preparatórios do IV ENA e compartilhados por participantes de diferentes regiões do Brasil. Foram recordados, através dos rios, nomes, acontecimentos e campanhas que se destacaram na história da agroecologia, materializando a fundamental contribuição feminina na memória do movimento.



RIACHO DO NAVIO
Luiz Gonzaga

Riacho do Navio
corre pro Pajeú.
O Rio Pajeú vai despejar
no São Francisco.
O Rio São Francisco
vai bater no "mei" do mar.
O Rio São Francisco
vai bater no "mei" do mar.





O RIO
Cellebrando

O rio está correndo, fluindo e crescendo.
O rio está correndo de volta pro mar.
Mãe Terra, me leva — sempre criança.
Mãe Terra, me leva de volta pro mar.

RIO PARANÁ
Mary Terezinha

Este rio que canta e chora sem saber pra onde irá,
este rio que chora e canta é o Rio Paraná.

AMAZONAS MORENO
Raízes Caboclas

Amazonas moreno,
tuas águas sagradas
são lindas estradas,
são contos de fadas.
Ó meu doce rio,
a canoa que passa,
o voo da garça,
as gaivotas cantando
em ti vão deixando
o gosto de amar.
É o caboclo sonhando
que entoa remando
o seu triste penar.

QUANTO VALE?
Djambê

Rio de lama, Doce, agora amargo,
vem de Mariana, desceu rejeito, não tem pra ninguém.
E varre cama e sonho, e segue tudo pro além.
E diga, Vale, quanto vale a vida de alguém?



Com os encontros simbólicos dos rios Amazonas, Araguaia, São Francisco, Doce e Paraná, foram entrecruzadas também as trajetórias de vida das mulheres da agroecologia, diante das realidades de violências e desigualdades sofridas e das lutas que promovem em torno dos seus projetos de vida, trazendo à tona a potência dos seus processos de resistência, sua capacidade de construir e reconstruir, a partir das diversidades e da coletividade. Com a força de suas espiritualidades representada por Oxum — mãe das águas doces para as religiões de matriz africana —, mulheres ribeirinhas, indígenas, agricultoras urbanas e rurais, camponesas, quilombolas, parteiras, benzedeiras, curandeiras e rezadeiras, de diferentes expressões religiosas, foram convidadas a *curar* o Rio Doce, purificando com suas crenças e preces as águas impactadas pelo crime ambiental cometido pela mineradora Samarco, da Vale e da BHP Billiton, em Mariana (MG).

Encerrada a mística, a integrante do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) e técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) Beth Cardoso contextualizou o resgate coletivo da memória das mulheres na construção da agroecologia, representado pelos rios das mulheres, como uma forma de enfrentamento à exclusão feminina na mesa sobre a memória da agroecologia, promovida pela Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (Socla), durante o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) de 2017, e como ferramenta

fundamental de visibilização da participação efetiva das mulheres desde as origens da agroecologia. Beth estimulou as/os presentes a gritar, simultaneamente, o nome de uma mulher que foi importante na trajetória da agroecologia, fazendo ecoar a voz das mulheres: *"A nossa luta é todo dia, somos memória da agroecologia".*

Conceição Dantas, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e do Centro Feminista 8 de Março, deu boas-vindas às participantes, destacando que: *"É com a força das águas que vamos voltar para os nossos territórios para resistir contra a ocupação do agronegócio, contra a ocupação do capital. Assim como as águas, nós estamos resistindo a esse golpe, estamos gritando 'Lula Livre!' e queremos nossa democracia de volta. E é com a força das águas que o GT Mulheres da ANA dá as boas-vindas a todas as mulheres do Brasil!* ***As mulheres são como água: quanto mais se juntam, mais força elas têm****".*

Com a bandeira de Pernambuco e com as palavras de ordem: *"A nossa luta é todo dia; se tem racismo, não tem agroecologia"*, mulheres negras e indígenas do Nordeste fizeram uma intervenção no espaço, marcando a chegada da delegação de Pernambuco e vivificando a presença de lutadoras negras. Em coro, as mulheres responderam às evocações feitas por Gabi Monteiro: *"A gente veio aqui lembrar que nós somos a memória viva!* ***Margarida Alves*** *– Presente!* ***Dona Maria José*** *– Somos a memória viva de Dona Maria José!* ***Marielle Franco*** *– Somos a memória viva de Marielle Franco!* ***Dandara*** *– Somos a memória viva de Dandara!* ***Marcinha Amador*** *– Somos a memória viva de Marcinha Amador!* ***Francisca Ferreira*** *– Somos a memória viva de Francisca Ferreira!* ***Luiza Bairros*** *– Somos a memória viva de Luiza Bairros!* ***Dona Josefa*** *– Somos a memória viva de Dona Josefa!* ***Nazaré Flor*** *– Somos a memória viva de Nazaré Flor!* ***Vanete Almeida*** *– Somos a memória*



viva de Vanete Almeida! ***Maria Damião*** *– Somos a memória viva de Maria Damião!* ***Nossas ancestrais*** *– Somos a memória viva de nossas ancestrais!"*. A delegação (en)cantou ainda o público com um toante puxado por Amanda Leite, do povo Xukuru do Ororubá, demarcando a força das mulheres negras, indígenas e jovens.

Após a intervenção, foi composta uma roda com falas das representantes de diferentes movimentos: Maria Ângela Nascimento dos Santos – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); Maria Emília Pacheco – Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Lucineia Freitas – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Mazé Morais – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Soniamara Maranho – Quem Luta Educa; Nilce Pontes – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Alcione – Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); Vanda Macuxi – Articulação Indígena; Noemi Krefta – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Miriam Nobre – Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

A VOZ DAS MULHERES

> *"É fundamental destacar e dar evidência a essa mesa, composta exclusivamente por mulheres, por feministas, diante do fato de que as mulheres estão construindo a agroecologia, mas muitas vezes são desvalorizadas. Estamos vivendo um cenário que nos desestimula, embora estejamos ainda firmes na luta. Precisamos da força e da unidade das mulheres. Por esse motivo, pelo golpe e pelos contínuos retrocessos, essa mesa se torna ainda mais importante hoje! Essa mesa, esse espaço e essa unidade que constituímos. Nós, mulheres de hoje, estamos dando continuidade ao processo de agroecologia iniciado há muito por mulheres que foram lembradas mais cedo. Essa mesa tem poder!* Sem Feminismo, Não Há Agroecologia!
>
> Maria Ângela Freitas (MMTR-NE)





“Com entusiasmo, estamos aqui nesta chegança navegando nos rios da vida. Bem-vindas todas as mulheres que estão aqui! Às mulheres que conseguiram chegar, diante da conjuntura atual, expresso minha admiração pela ousadia e coragem de vocês. Hoje, estamos aqui afirmando o momento de repolitização, de manter vivo o debate político, de resistência contra as políticas neoliberais, contra o desmonte e a privatização da Petrobras, contra as violações de direitos. A chamada que o movimento agroecológico faz neste momento é de dizer que nós estamos construindo alternativas para o país, na defesa da democracia, e estreitando as pontes, os laços, entre campo e cidade. Aqui estamos para reafirmar que agroecologia se faz, ao mesmo tempo, com a construção de valores que signifiquem a emancipação das mulheres. Valores que signifiquem uma luta permanente e persistente contra o patriarcado, o machismo, o racismo, o etnocídio, contra todas as formas de violência contra as mulheres. As mulheres constroem a história da agroecologia e estão na vanguarda na defesa dos bens comuns e na produção de alimentos saudáveis. Reiteramos, portanto, que Sem Feminismo, Não Há Agroecologia!

Maria Emília Pacheco (ANA)



“É preciso pensar a agroecologia como um projeto de sociedade que é baseado numa luta antirracista, antimachista e antipatriarcal, porque, se tem racismo, machismo e patriarcalismo, não existe agroecologia. Pode ter produção sem veneno, pode ter preservação do meio ambiente, mas agroecologia não existe! E nós, mulheres, somos protagonistas desse processo; a gente está avante nesse processo, nessa construção. Mas, muitas vezes, nossa prática é invisibilizada, inclusive dentro desses espaços que a gente constrói. A gente está em todas as equipes, e, quando vai falar, aparece outro falando do nosso trabalho. E, por isso, um desafio colocado pra nós é dar visibilidade à nossa atuação, seja lá na roça, onde a gente vai pro eito (não é como ajuda, não, é como trabalhadoras que somos) seja aqui nos encontros, nesta assembleia mais linda que a gente tem. Então, trazer os desafios miudinhos que a gente tem, mas que a gente vai assumindo nesse cotidiano frente a essa conjuntura difícil, é uma forma de ampliar nossa voz nos encontros, nas nossas organizações, seja o movimento, seja a cooperativa; ampliar nossa voz nas ruas, nas rádios, onde for possível denunciar esse modelo machista e capitalista que nos oprime de várias formas. E temos um desafio interno, a partir do nosso lar, da nossa comunidade, que é ir enfrentando e reduzindo até acabar com todas as formas de violência. Em alguns cartazes a gente já traz que, se há violência contra a mulher, não existe agroecologia. Se há lágrima de mulher, não é agroecologia. Isso significa compreender que a violência física e também a patrimonial, seja um tapa, seja a retirada do crédito, é uma forma de nos violentar. O ENA também é um espaço de enfrentamento dos machismos internos e externos. Por isso, precisamos estar unidas e articuladas! Desejo um bom encontro a todas nós e que nossas lutas, nosso trabalho e nossas resistências tenham visibilidade!

Lucineia Freitas (MST)



“Saudação à mesa e a cada uma que veio dos mais diversos lugares do Brasil. O que nos trouxe aqui foi a nossa resistência e a nossa coragem! Foram os caminhos das águas e nossos rios da história e da memória das mulheres da agroecologia. Vivemos, atualmente, um cenário de golpe à democracia, aos nossos direitos. Um golpe à primeira presidenta mulher, portanto um golpe machista. E, a cada dia, o golpe vem sendo intensificado e tem afetado a classe trabalhadora. Um golpe responsável pelos desmontes e pela retirada de nossos direitos; um golpe que promove o aumento do conservadorismo, da violência, da criminalização das nossas lutas e dos nossos movimentos sociais. Nesse sentido, o ENA tem o papel de denunciar os impactos desse modelo de desenvolvimento. Defendemos um projeto de sociedade antirracista, antipatriarcal, e lutamos por um modelo de sociedade com desenvolvimento sustentável. Estamos na construção da grande ação de massa das mulheres, a Marcha das Margaridas*, que acontecerá em 2019. Vamos, portanto, fazer ecoar em todo o Brasil a voz das Margaridas!* ***Nós nunca deixamos de marchar: seguimos e seguiremos em marcha!*** *É de fundamental importância a nossa união e a nossa unidade na construção da* 6ª Marcha das Margaridas. *Seguimos reafirmando que* **Sem Feminismo, Não Há Agroecologia!**

Mazé Morais (Contag)



"Estou feliz por terem decidido manter o ENA diante dessa conjuntura e por defenderem esse lema! No cenário atual de golpe, não há mais espaço para a agroecologia, e precisamos lutar contra esse processo de reafirmação do golpe com a eleição. O ENA está aqui para reafirmar nosso processo de construção da agroecologia e de retomada da democracia; quem está hoje querendo se apoderar dos nossos bens comuns é o sistema capitalista, patriarcal, internacional, mas nós seguimos resistindo. Agora, está ainda mais visível que é o capitalismo que está tirando nossos recursos naturais. Precisamos construir a unidade da classe trabalhadora, precisamos da referência do feminismo popular aguerrido. ***Somos as guardiãs dos territórios, dos bens comuns; precisamos construir um projeto com base na soberania, para termos democracia e para manter os direitos que conquistamos.*** *Pela democracia, pela soberania, pela agroecologia, por um projeto popular para a classe trabalhadora, pelas mulheres e para as mulheres! Somos nós, mulheres, que parimos, que criamos e recriamos. De nós nasce o novo!* ***Somos metade da população e mãe da outra metade, vamos construir o projeto que a gente quer! Sem medo de ser mulher, somos todas Rio Doce, somos todas Mariana! Mulheres, água e energia não são mercadoria!***

Soniamara Maranho (Quem Luta Educa)

“Venho reforçar a importância e o fortalecimento das mulheres negras nas pautas agroecológicas. Nós temos o desafio de afirmação do modelo de agroecologia que as comunidades quilombolas defendem. A gente precisa ser fortalecida no nosso modo de vida, no nosso território, porque quem garante a soberania, a conservação das sementes, o cuidado com a água, com a terra, somos nós, mulheres. E, de certa forma, a gente acaba repassando todas essas influências para os nossos filhos e filhas, então a gente tem um papel muito importante nessa caminhada. Ter o ENA nesse contexto de golpe mostra pra nós, mais uma vez, a importância de nós, mulheres — negras, indígenas, quilombolas, assentadas —, estarmos mais unidas. A unificação dos movimentos sociais é uma necessidade! Muitas vezes, a gente precisa entender que os lugares de pertencimento têm que ser fortalecidos e valorizados. Eu, enquanto mulher quilombola agroecológica, tenho uma visão que precisa ser respeitada, embora muitos não concordem com a forma com que eu vejo a agroecologia. Nesse espaço de vários modelos e práticas, tem que haver esse respeito. Este é o segundo ENA de que nós, comunidades quilombolas, enquanto Conaq, participamos. Cabe a nós fortalecer essa unidade de movimento e de práticas agroecológicas e transcrever isso entendendo que o capital não está a nosso favor, porque perdemos o que é mais sagrado pra nós, que é o território, quando vêm com os modelos do agronegócio. Temos um papel muito importante na defesa dos bens comuns e vamos lutar por eles!



Nilce Pontes (Coordenação Estadual da Conaq em SP)

“A mineração chega na comunidade levando desmatamento pra população atingida, falta de água, escassez, e a comunidade sofre muito... A gente veio reforçar aqui que a agroecologia é um modo que as mulheres viram de seguir na luta, mesmo com toda a dificuldade, com a falta de água e com a falta de terreno e terra pra plantar. Eu vim de uma cidade, Conceição do Mato Dentro (MG), em que a Anglo American está lá e tem a comunidade atingida pela mineração, e, mesmo com todas as dificuldades, quem puxa a luta lá é a mulherada; é a mulherada que vai pra rua, vai reivindicar os direitos e está firme na luta. O que eles querem mesmo é que a gente fique calada, de braços cruzados lá nas nossas casas, quietinhas. E são as mulheres que mais sofrem com os impactos da mineração. Na nossa região, quem está na liderança das lutas são as mulheres, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) vai nas comunidades para falar sobre formação política, sobre racismo, homofobia e violência. Assim, através do MAM, a gente vai seguindo na luta forte e sempre. ***Por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios! Pátria livre, venceremos!***

Alcione (MAM)



*“A terra me dá muita força e energia, por isso prefiro ficar com os pés no chão. Sou Macuxi, do povo de Roraima, pajé, e venho representar meu estado. Venho representar as mulheres indígenas e todas as mulheres do país. Sejam indígenas, negras e brancas também, somos todas indígenas! Eu me sinto bem, estou feliz por estar no meio de vocês. Sei das dificuldades de entenderem minha língua, também acho difícil dizer “agroecologia”. Estou aqui pra denunciar um governo que não olha para as questões indígenas. Não tem avião para nós, mas este governo só manda exército para trazer venezuelano para Roraima. Fora, Temer! Mas olhem, nossa alimentação não tem agrotóxico. Nossa alimentação é diferente, nós plantamos comida boa. Tenho 61 anos e me sinto viva e forte ainda, por isso estou aqui. Precisamos de mais encontros como este, de mais mulheres indígenas participando desses encontros. E eu digo: “****Me aceite como eu sou; se você não me aceita, cure o seu preconceito! A luta do índio é 24 horas****”.*

Vanda Macuxi (Articulação Indígena)



“Às vezes, as palavras não saem, porque algumas palavras não foram feitas para mulheres que trabalham na terra, e é pra gente, às vezes, não entender essas palavras. Mas, com certeza, a Dona Vanda nos deu uma aula de como se faz agroecologia, porque a comida dela não tem veneno, a comida ainda é feita na tradição dela. Isso é muito lindo! Lá nos anos 70, início dos anos 80, vem o avanço da Revolução Verde, com aqueles pacotes que diziam: “Com Maná, adubando dá”, “Plante que o governo garante”, eles estavam, em outras palavras, mais uma vez, dizendo palavras difíceis pra gente não entender, nos enrolando. “Com Maná, adubando dá”, pra quem? Pra quem faz os adubos, pra agropecuária, mas não pra nós que precisávamos comer! E foram nos engabelando, e, assim, nós, mulheres camponesas, fomos vendo que nossos quintais foram se reduzindo cada vez mais. Em muitas casas, a gente via o milho híbrido ou a soja chegar até na escada. Tomando conta do quintal, onde tinha as verduras, as hortaliças, as frutíferas, as plantas medicinais e até as flores. Às vezes, parece que as flores não fazem parte da nossa vida, mas elas fazem porque alimentam nossos sentimentos e as nossas emoções. E pra nós, mulheres, as flores fazem muito sentido. E é nesse sentido que as mulheres camponesas organizam e começam a debater o rumo da agricultura do campo, principalmente na região Sul, de onde eu venho. A região Sul é usada desde sempre como cobaia de toda a produção de venenos, de toda a porcaria que os Estados Unidos inventaram. Lá começam a entrar os adubos, os venenos; é por lá que começam a entrar os transgênicos pra depois se espalharem pelo restante do país. E isso tem uma lógica, porque se diz que o povo é bem trabalhador, mas é bem verdade que o povo do Sul foi induzido a trabalhar com ganância, pra amontoar riquezas. Às vezes você tem um trator lá na unidade produtiva, mas esse trator é de quem? É do banco. Com toda essa lógica, se começa a reduzir a diversidade alimentar, a empobrecer a nossa alimentação, a aumentar as doenças. E pra nós, mulheres camponesas, não tem maior violência do que não ter o que pôr à mesa. As mulheres se

organizam e discutem como fazer o enfrentamento a esse modelo capitalista, patriarcal, do chamado agronegócio *e da agricultura química e sintética, baseada nos venenos, nos adubos sintéticos e nas sementes transgênicas. A perda da nossa diversidade de sementes e de espécies da alimentação é uma grande preocupação do nosso movimento, por essa preocupação é que nós nos organizamos e fazemos as lutas de enfrentamento e de resistência.*

Em 2006, quando as mulheres sentaram e pensaram em como dar um grito de alerta para o mundo, aconteceu aquela ação no Rio Grande do Sul, na Aracruz, e depois se espalhou para outros cantos do Brasil também. As mulheres foram chamadas de selvagens. Na concepção capitalista e patriarcal, foi dito assim: "Nossa, vocês até pensam. Como é que vocês fizeram isso sem nos consultar?". Duvidar da capacidade das mulheres, duvidar da capacidade de proposição e de fazer as coisas, isso também é violência! Na sequência, disseram assim: "Vocês vestiram uma camisa e vocês não cabem mais nela, vocês precisam fazer uma camisa maior pra vocês". Quer dizer, "Agora vocês vão ter que fazer, no outro 8 de março, algo maior que isso". Pera lá, podem deixar que o outro 8 de março chegue, nós vamos dizer pra vocês o que vamos fazer. Em 2007, acharam que não tínhamos capacidade de fazer algo maior, e fizemos uma campanha nacional de produção de alimentação saudável. Fazemos denúncia e não queremos esse modelo que nos violenta, mas também temos proposta de um projeto de vida, que nós chamamos de agroecologia*, baseado na produção de alimentos saudáveis, no cuidado com o ambiente, na preservação e recuperação das nossas sementes, e que isso pra nós representa um projeto de sociedade. Queremos e produzimos sem veneno, desde sua cultura: isso é agroecologia. Fazemos nossa luta de resistência, entendendo que* ***sementes são patrimônio dos povos indígenas, quilombolas, da classe trabalhadora do campo, que produz e se alimenta das sementes****. Neste ENA, pensamos a interação entre campo e cidade, porque nós que trabalhamos e produzimos a alimentação agroecológica temos preocupação com a classe trabalhadora da cidade, que também precisa aderir à agroecologia, para que a gente possa ter mais força para poder avançar com esse projeto e possa ter acesso a essa alimentação.* ***Construímos um feminismo, feminismo contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo, e reafirmamos que, enquanto tiver lágrimas das mulheres, não é agroecologia!***

Noemi Kefta (MMC)



“Quando a gente traz esses rios e quando a gente fala de tanta luta, tanto enfrentamento que a gente tem feito, a gente recupera a nossa memória, o nosso corpo, o nosso território. A gente decreta este ENA como um território livre de violência contra mulheres, opressão e desigualdade! A gente tem coragem de olhar pra esse golpe e ver como ele acontece. Esse golpe também começou quando, na Câmara do nosso município ou na Igreja que a gente frequenta, o padre, o pastor ou o vereador foi dizer que a ideologia de gênero era um jeito de destruir a família. Quando pessoas, aliadas nossas, às vezes, vieram dizer que a gente discutir e falar que o lugar da mulher não é só na cozinha; que nós, mulheres, não somos só mães; que nós, mulheres, não somos só útero; que somos pessoas inteiras, que têm vontades e desejos; que temos projeto de sociedade e fazemos isso acontecer, nós estamos destruindo a família. Nós não estamos destruindo a família, nós estamos construindo outro jeito de amar e de se relacionar, em que todo mundo vai ser feliz! É disso que nós estamos falando e trazendo aqui neste ENA. No ENA passado, a gente conversou muito, falou que a agroecologia não era só uma tecnologia, um jeito de fazer as coisas, umas práticas agroecológicas. A gente falou que não se separam práticas agroecológicas e o jeito como o trabalho se organiza de como as pessoas se relacionam. E agora a gente chega falando que não existe agroecologia num sítio só. Agroecologia ou é movimento, ou é coletivo, ou é processo que une quem tá no campo e na cidade, ou não é agroecologia. Ou é pra todo mundo ou não é; ou é pra quem não tem dinheiro pra comprar alimento ou não é. Então a gente traz essa ideia de agroecologia aqui construindo o movimento e a gente sabe, todas nós, mulheres, sabemos, tanta força que traz a gente para estar junto! E o quanto que a gente se desafia e o quanto a gente tem que romper para estar junto. Porque se tem uma coisa que o patriarcado faz é colocar uma caixinha e dizer: “Ó mulheres, fica esse espaço pra vocês e tá bom”. E, de repente, a gente está brigando entre nós e

competindo entre nós pra ver quem que cabe dentro dessa caixinha. E nós estamos decretando, aqui neste ENA, que nós não cabemos em caixinha nenhuma. Nós queremos todos os espaços. E nós temos alianças entre nós para garantir esses espaços. E é por isso que a gente vai radicalizar a democracia construindo o poder popular no nosso país, no nosso mundo, na nossa casa e no nosso movimento, instaurando, neste ENA, um território de liberdade. Declaramos que somos contra o racismo, contra qualquer imposição sobre o nosso desejo, nossa forma de amar, contra o patriarcado e contra o capital, nós estamos em fúria feminista!

Miriam Nobre (MMM)

Finalizadas as falas das representantes da mesa, foi aberta a fala para as mulheres presentes na assembleia.

AS VOZES DA PLENÁRIA DAS MULHERES

"*Todo município tem direito ao seu Plano Diretor, que é uma legislação urbanística que existe pra todo e qualquer município. Nós estamos fazendo planos diretores com o zoneamento agroecológico e estamos incluindo as zonas de segurança alimentar nos municípios onde a gente está fazendo esses planos, propondo isentar de IPTU todas as hortas e áreas de produção urbanas. Nós temos vários instrumentos que podem ser utilizados para intensificar a produção de alimentos na cidade e também criamos o que a gente chama de* agrihoods*, que são espaços integrados pra essa produção de alimentos.*

Dorinha Alvarenga
(Instituto de Arquitetos do Brasil)

"*Mesmo que eles espatifem o Congresso, nosso país, nosso governo, eles não têm capacidade, nunca na vida, de espatifar a união das mulheres. Somos nós quem fazemos agroecologia, nós, mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, tudo quanto é categoria das mulheres das águas e das florestas. A agroecologia é nossa, ela está em nossas mãos. "Agro é pop" é da Globo, nós é que fazemos de verdade.* ***A (re)existência da agroecologia é como a nossa, mulheres!***

Maria do Socorro (Rede Cerrado/MIQCB)



“A gente, do nosso povo, é difícil. Os homens não aceitam mulheres na luta, eles não nos aceitam no meio da reunião. Mas nós estamos dizendo que nós somos mulheres guerreiras, porque nós sentimos dores. É a gente que vê quando nossos filhos estão chorando ou estão com fome. Eu tenho dois filhos, e, quando eles querem alguma coisa, vamos atrás, vamos pescar, vamos caçar, vamos na roça. Estamos ali. E hoje estamos numa luta tão grande contra 43 usinas hidrelétricas. Já fizeram 2, e não nos deixam mais visitar as nossas urnas, onde nossos antepassados vivem! Duas ferrovias, mineração... Como vamos ficar se o governo não quer demarcar, se o capitalismo chegou até nós? A gente não vive do veneno; a gente vive da água saudável, do rio, da floresta. Meu povo está sendo ameaçado. Quando soube deste Encontro, eu disse: “Eu vou lá aprender o que essas mulheres querem falar, o que essas mulheres querem dizer”. Eu tô aprendendo pra chegar lá no meu povo e dizer que há jeito de lutar sem depender do governo, sem depender dos empreendimentos que querem nos enganar, que deixam as mulheres de um lado e os filhos sofrendo. Eu tô tão feliz com vocês gritando. Vendo a situação do Rio Doce, eu fico triste por imaginar o meu rio assim. Como é que eu vou ensinar meu filho a pescar? Como é que eu vou ensinar os meus filhos a nadar? A ir pro outro lado? Como é que eu vou ensinar se o governo está tirando tudo isso de nós? Não querem demarcar, só querem invadir, explorar. Como fica o nosso povo? Como se nós não fôssemos gente. Quando chegaram aqui, a gente já existia. Como é que nós vamos viver? Como é a nossa liberdade? A nossa liberdade de recuar? Ou de ecoar a nossa voz? Eu escolhi ecoar a nossa voz. Lutar por eles que estão lá sofrendo, não só indígena, ribeirinho, pescadores. A água não nasce da torneira, a água não nasce da caixa-d’água. A água nasce das nascentes. Vem das brotas, vem do rio. De tudo isso o ser humano precisa. Água é vida. Tudo que há na vida! Nós devemos cuidar do bem maior que é a nossa água, que é a nossa casa. Eu estou muito feliz de estar aqui. Aprendi muitas coisas aqui, muitas coisas não entendi, mas uma coisa eu estou entendendo, que é ***não recuar, mas ecoar a nossa voz!***

Alessandra Korap (Povo Munduruku)



“Chegamos agora do Pará! Viemos da Amazônia, onde querem determinar como nós, mulheres, devemos nos relacionar com as águas e florestas, com o solo, e nós não aceitamos isso. ***A palavra pras mulheres não é “desenvolvimento”, mas “envolvimento”!*** *Nós estamos envolvidas para fazer a resistência e para lutar. Queremos nos envolver, não apenas nos desenvolver.* Sem Feminismo, Não Há Agroecologia!

Ângela Jesus (Federação dos Trabalhadores; Movimento de Mulheres do Pará)

“Vim do Rio de Janeiro para participar deste ENA. Nós não devemos recuar neste país, o Brasil está na mão do povo. Durante os grandes eventos no Rio, tive minha casa destruída. Os megaeventos pegaram minha casa, tiraram tudo meu. Fui removida, minha casa foi quebrada, mas eu não morri, porque a semente está dentro de mim. Este país tem jeito, o país está na mão do povo. As/Os caminhoneiras/os estão nos mostrando isso! Não devemos recuar! Tiraram do poder uma presidenta, mulher eleita democraticamente pela primeira vez no Brasil. Levaram um líder popular pra cadeia, e aí eu pergunto: “Nas eleições, qual será nosso voto? Temos que votar no 13, temos que tirar Lula da cadeia, eleito presidente deste país. Temos que mostrar pro Moro que podemos nos unir neste país”. Nós chegamos aqui sem gasolina, sem voo, mas nós estamos aqui. Isso mostra que, quando o povo se une, as coisas dão certo. Por isso, ***não devemos recuar nunca****. No meu dicionário, não tem a palavra* ***desistir****, cortei. Brasileiro é forte, nunca desiste.* ***Estamos aqui para levantar este país e mostrar para a sociedade que existem mulheres fortes e que*** **Sem Feminismo, Não Há Agroecologia!** *Vamos agir, nós podemos, quando nos unimos. Lula livre!*

Rita (agricultora urbana do Rio de Janeiro)



“É com muito prazer que estou aqui. Vim de bastante longe, mas senti alegria de chegar aqui e ver esse povo com essa força; porque a gente sabe que a força faz tudo. Sou guardiã da semente, as minhas plantas são dadas pela natureza da terra, não uso nada de química nas minhas plantas, porque é veneno. Tenho quintal, tenho horta e recebo muita gente na minha casa. Eu tô com 60 anos e, graças a Deus, estou com saúde, e tudo é o poder do meu braço. Limpo a terra, planto, colho, tudo isso eu faço! ***A planta da terra é sadia!***

Guardiã de Sementes (Mata dos Crioulos, território dos quilombolas)



“Somos plantadeiras de horta, mas não temos onde vender. A mineradora quer nos prejudicar, e o governo não olha pra nós. Lá não tem energia, vivemos sem luz, alumiando na lamparina a querosene. Estou satisfeita de ter vindo, me animei! ***Aqui a gente pega informação e leva pra gente****. Lula livre!*

Maria Hermínia (Mata dos Crioulos)

“***A conjuntura da greve das/os caminhoneiras/os nos mostra a importância da segurança alimentar, a valorização das feiras, dos produtos produzidos por mulheres. Somos nós que fazemos com que as pessoas sejam alimentadas.*** *Quero reforçar as nossas feiras agroecológicas e a importância de ter soberania e segurança alimentar onde vivemos, no município onde estamos. A Rede Xique Xique tem uma feira, e a gente atrasou cinco minutos. As pessoas ficaram agoniadas achando que nós tínhamos sido barradas na estrada por conta das/dos caminhoneiras/os. A gente chegou, e a feira parecia um saque, as pessoas nem esperavam a gente colocar as coisas e já iam pegando as mercadorias. A gente começou a dialogar que os nossos produtos não são aqueles que vêm nos caminhões, são produzidos por mulheres que se juntam e fazem com que as pessoas sejam alimentadas. A partir da nossa diversidade é que a gente consegue alimentar muitas pessoas e fortalecer o nosso trabalho local.* ***Que lutemos pela nossa soberania e segurança alimentar!***

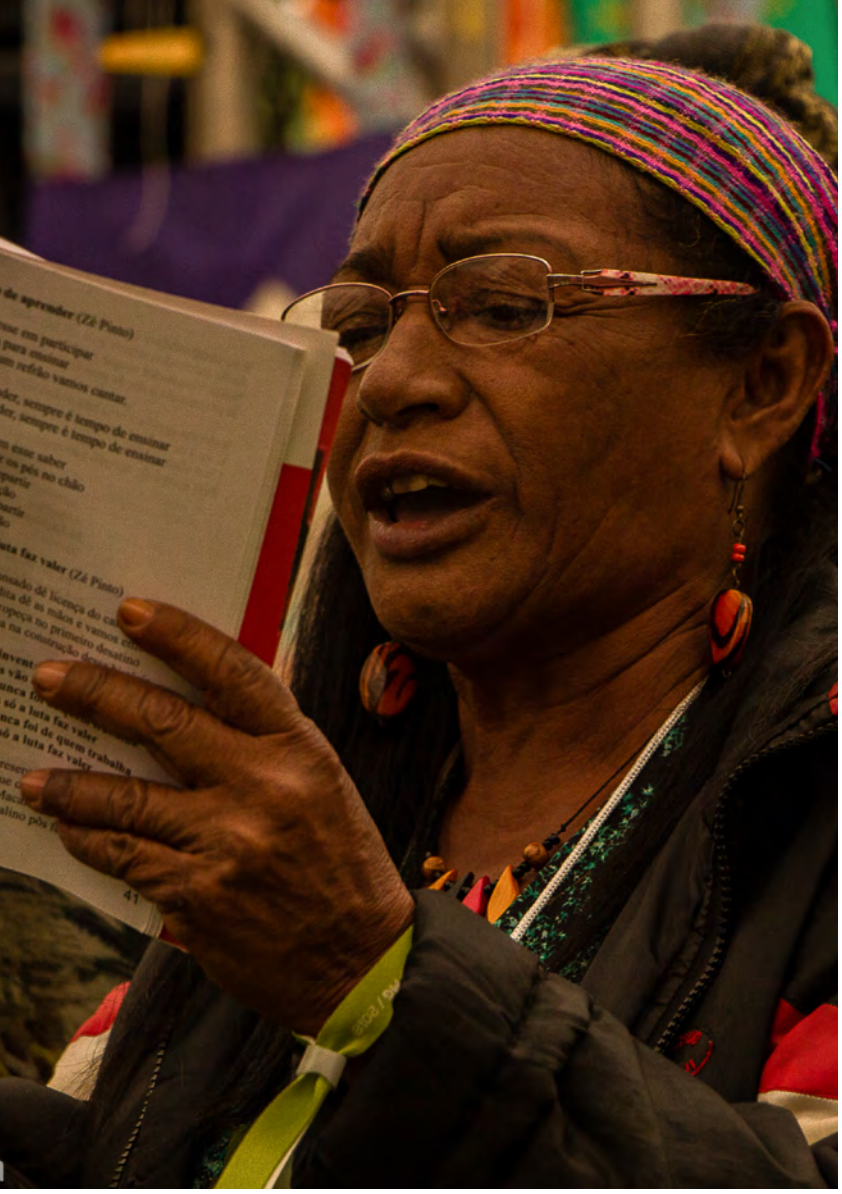
Neneide Lima (Rede Xique Xique)

“*O modo de cultivo está em disputa, assim como o conhecimento produzido na universidade! Pensando nisso, eu queria falar que existe um curso de bacharelado em Agroecologia, e a gente estuda quase tudo o que o agrônomo estuda, mas com o enfoque agroecológico. Quase ninguém sabe que ele existe. Na cidade em que eu estudo, o curso é completado quase que majoritariamente por mulheres, que querem atuar em campo e fortalecer o movimento. Então eu queria contar que o curso existe e que têm mulheres dispostas a fortalecer o movimento agroecológico!*

Karen (estudante universitária/Ufscar de Araras/SP)

“*Temos um projeto em que criamos hortas comunitárias em espaços públicos. Nosso objetivo é gerar espaços de autonomia, para que as pessoas produzam a sua própria comida. Queremos e pensamos uma cidade que seja de todos e para todos, uma cidade que não massacre as pessoas. Meu combustível é inspiração e esperança, esse combustível não está em falta aqui.* ***Que, nas cidades, cuidemos de todos os seres!***

Mariana (União de Hortas Comunitárias de SP)



Sou assentada há 23 anos e trabalho com mulheres produtoras e assentadas. Sou parteira, benzedeira, curandeira. Como mãe e filha das mães, avó e neta das avós, eu estou desapontada e faço, aqui, uma ***denúncia à forma com que este governo negligencia e criminaliza o trabalho das parteiras****. Querem condenar nosso trabalho, e isso é um desrespeito! Ninguém fala por mim, quem fala o que sinto sou eu! Quem fala o que sente é cada uma aqui. Estamos reunidas porque estamos incomodadas. Se gritamos, alguém vai ouvir. Fora, Temer; dentro, Lula! A luta continua, e a nossa esperança nunca acaba!*

Amburê (Caipó/MA)

Não existe educação do campo sem feminismo! Na nossa Escola Família Agrícola (EFA), há um coletivo feminista que nos fortalece e nos permite estar aqui e dizer tudo o que a gente quiser, porque a gente tem muita coisa pra falar e para estar aqui hoje, reafirmando que **Sem Feminismo, Não Há Agroecologia!**

Bruna (Agricultora Familiar, EFA/RS)

Antes vivíamos do peixe e da plantação que a gente sabia que não tinha veneno. Lutamos por espaço e conseguimos. Lá em Rondônia temos espaço porque nos organizamos, a luta continua. Nós, mulheres, precisamos nos unir e seguir na luta! Temos poder, temos sabedoria de nos organizar para lutar!

Cleide (MAB/RO)

“Trabalho com grupos produtivos agroecológicos no Pará que tinham muita dificuldade de comercialização. Já tem 5 anos que a gente faz a feira e, em um certo dia, a gente decidiu tomar a praça, e levamos nossos produtos, com todas as dificuldades que vocês sabem. Lá no campo também fazemos formação, nos fortalecemos e nos empoderamos. Além disso, gostaria de reafirmar que um importante espaço de empoderamento é a Marcha das Margaridas. *Ela acontece no próximo ano, temos que nos empoderar e ir pra Marcha. Temos também a eleição, podemos mudar o rumo e a cara do Brasil. A Copa não nos interessa. Viva a agricultura familiar e agroecológica!*

Bena (Contag/PA)

“Eu sou camponesa e faço um convite pras juventudes: que elas tomem a frente das lutas. Há 5 anos eu entrei no movimento e levei duas netas comigo. Da minha família, são 6 mulheres que participam. Eu tenho 62 anos, nunca fui à escola e não tenho vergonha de dizer pra vocês que não sei assinar nem meu nome. Tenho muito orgulho de ser camponesa e fazer lavoura de café até hoje. E digo pras juventudes: ***Sonho ninguém vende, ninguém compra e ninguém perde!***

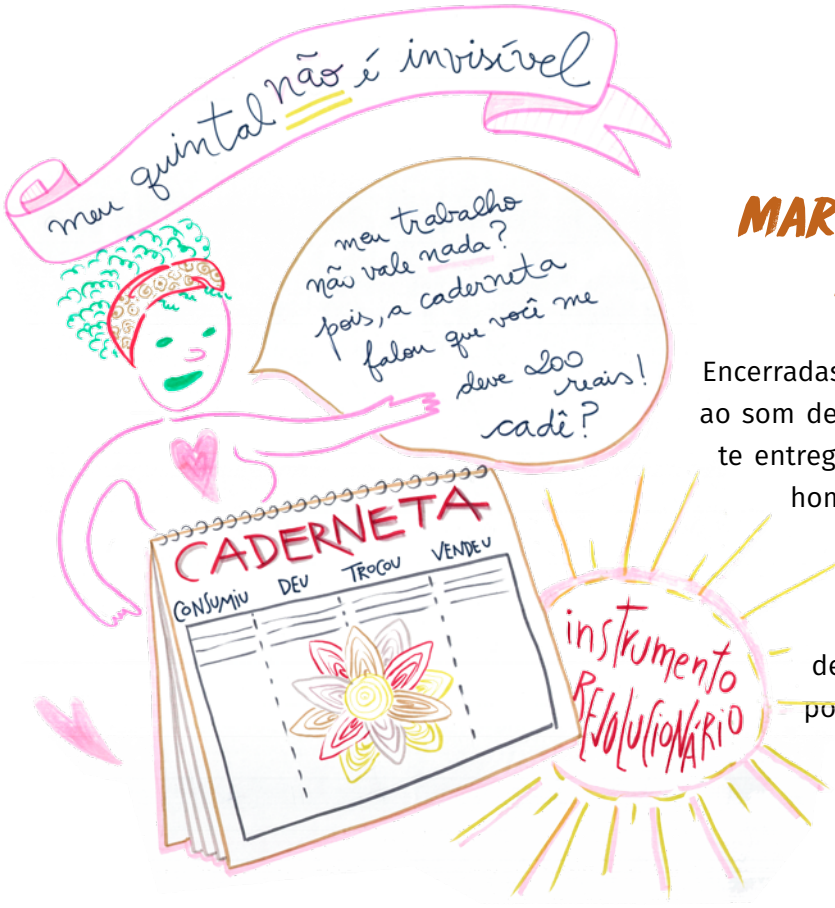
Iracema (Nova Venécia/ES)

“O primeiro ensinamento do ENA foi que nós, mulheres, podemos estar onde a gente quiser! Temos que tirar da cabeça do povo que precisamos de agrotóxico pra produzir. A gente não precisa de agrotóxico pra produzir!

Lucimar (Simonésia/MG)

“Vim para o ENA buscando encontrar companheirismo para construir a agroecologia! Temos que acreditar que nossa terra dá, que dá pra ter uma agricultura de vida. Que as doenças sejam derrotadas, que todas as doenças que assolam as nossas mulheres sejam derrotadas! Agroecologia é cadeia alimentar que foi engolida pelo capitalismo. ***Agroecologia é arma contra as doenças! Viva a agroecologia! Fora, Temer!***

D. Armezinda (agricultora familiar – Espera Feliz/MG)



HOMENAGEM A MARIA EMÍLIA PACHECO E ENCERRAMENTO

Encerradas as trocas entre as participantes, ao som de *Maria Maria* e com um presente entregue pela Dona Dijé, foi feita uma homenagem a Maria Emília Pacheco, que completou 70 anos de vida, boa parte deles dedicados à construção da agroecologia e à defesa da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais. Foi, ainda, cantada a paródia feita pela agricultora da Amazônia Benedita Carvalho, *A caderneta tá falando até demais*.

SÍNTESE DA PLENÁRIA DAS MULHERES

Durante a Plenária das Mulheres, sentimos a alegria e a força que é estarmos juntas aqui, reafirmando nossa luta e a histórica contribuição para a construção da agroecologia. Através do encontro dos *Rios da Memória das Mulheres* da agroecologia, que vieram de todas as regiões do Brasil, resgatamos a memória das resistências das mulheres no enfrentamento ao agronegócio, às multinacionais, às mineradoras que querem expropriar nossos territórios, nossas culturas, nossas histórias e nossos corpos. Seguimos ainda mais firmes e fortalecidas, denunciando todas as formas de violência, opressão e discriminação que se expressam em nossos movimentos através da invisibilização das nossas pautas, do nosso isolamento das decisões políticas e da negação da nossa capacidade de reflexão e ação.

Precisamos de muita coragem para chegar até aqui, frente a todas as dificuldades cotidianas impostas a nós e à conjuntura de crise e golpe que vivemos no país. Mas não recuamos; ecoamos nossas vozes aqui e em todos os lugares! Diante de todos

os desafios que o capitalismo, o patriarcado e o racismo nos impõem, respondemos com a afirmação da agroecologia como uma proposta de vida. **Temos afirmado que a agroecologia não é só prática, mas o jeito como o trabalho se organiza, como as pessoas se relacionam entre si e com o ambiente.**

Acreditamos que os alimentos saudáveis e a nossa união nos deixam mais fortes, saudáveis, resistentes a todas as doenças do corpo e da alma. Consideramos que nossas feiras garantem a soberania alimentar e contribuem para compartilhar a boa saúde das pessoas da roça com as pessoas da cidade. Reafirmamos a necessidade de potencializarmos a comercialização local e entre as cidades, para que as pessoas pobres, as/os trabalhadoras/es, possam comer alimento saudável, comida de verdade. É preciso, ainda, fortalecer os diferentes espaços de construção do conhecimento agroecológico, da educação do campo e do conhecimento popular.

As mulheres negras, quilombolas, indígenas e ribeirinhas denunciam as violências específicas que sofrem e que precisam ser enfrentadas coletivamente, e afirmam que suas visões particulares da agroecologia precisam ser respeitadas. Ao mesmo tempo, acreditam que, para fortalecer seus modos de vida, é preciso unificar todos os movimentos sociais, todas as lutas.

Insistimos que pode haver produção sem veneno, pode haver preservação ambiental, mas, onde há racismo, machismo, discriminação, não há agroecologia! Decretamos, então, este IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) como um território livre de violências! Estamos aqui para radicalizar a democracia nas nossas casas, nos nossos movimentos, no nosso país.

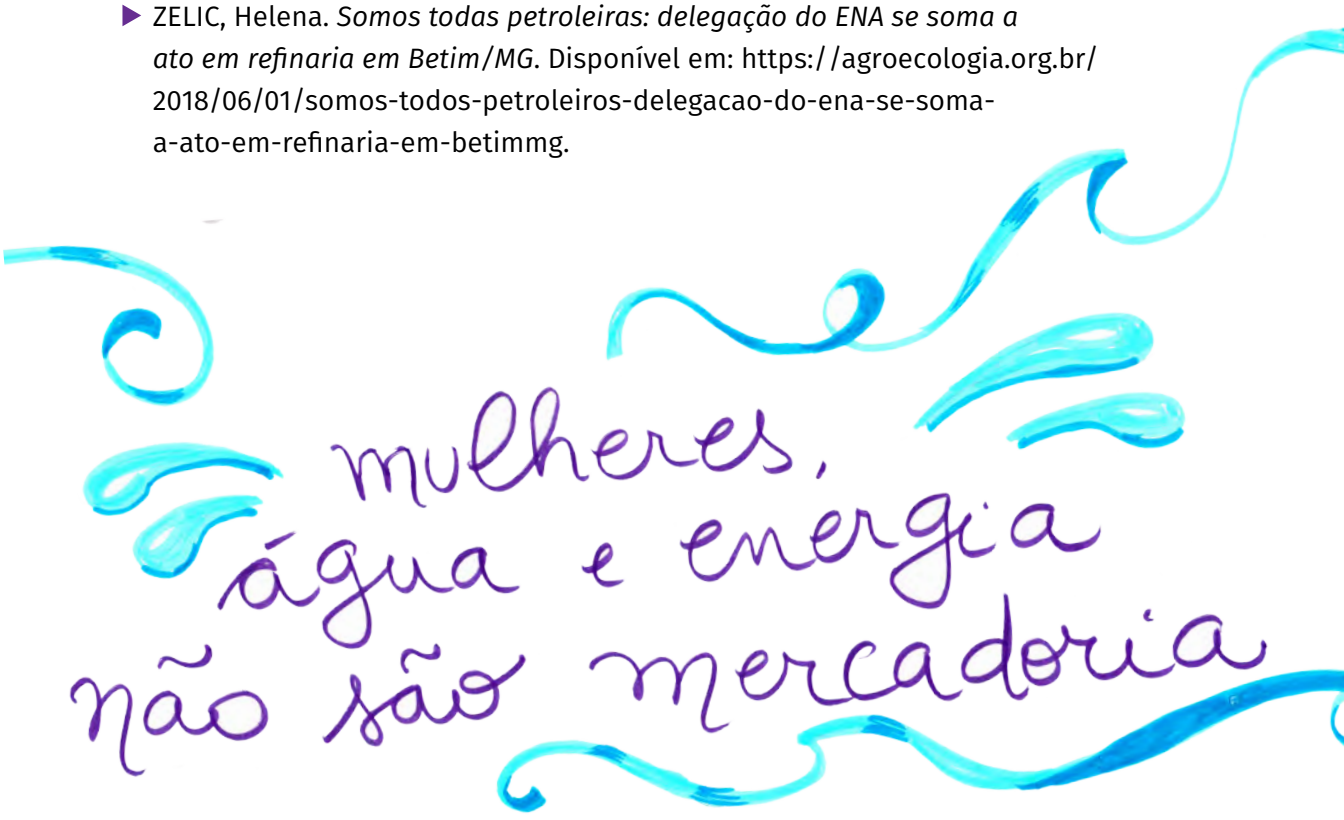
Somos mulheres por inteiro, temos desejos, vontades, temos projeto de sociedade, fazemos política, construímos outro jeito de amar e de viver, em que todo mundo possa ser feliz. Hoje afirmamos, ainda, que não existe agroecologia em um campo só, mas um processo coletivo, no campo e na cidade. Ou é pra todo mundo ou não é. Nesse sentido, apresentamos a *Marcha das Margaridas* como uma ação estratégica em que nos somamos na construção dessas pautas.

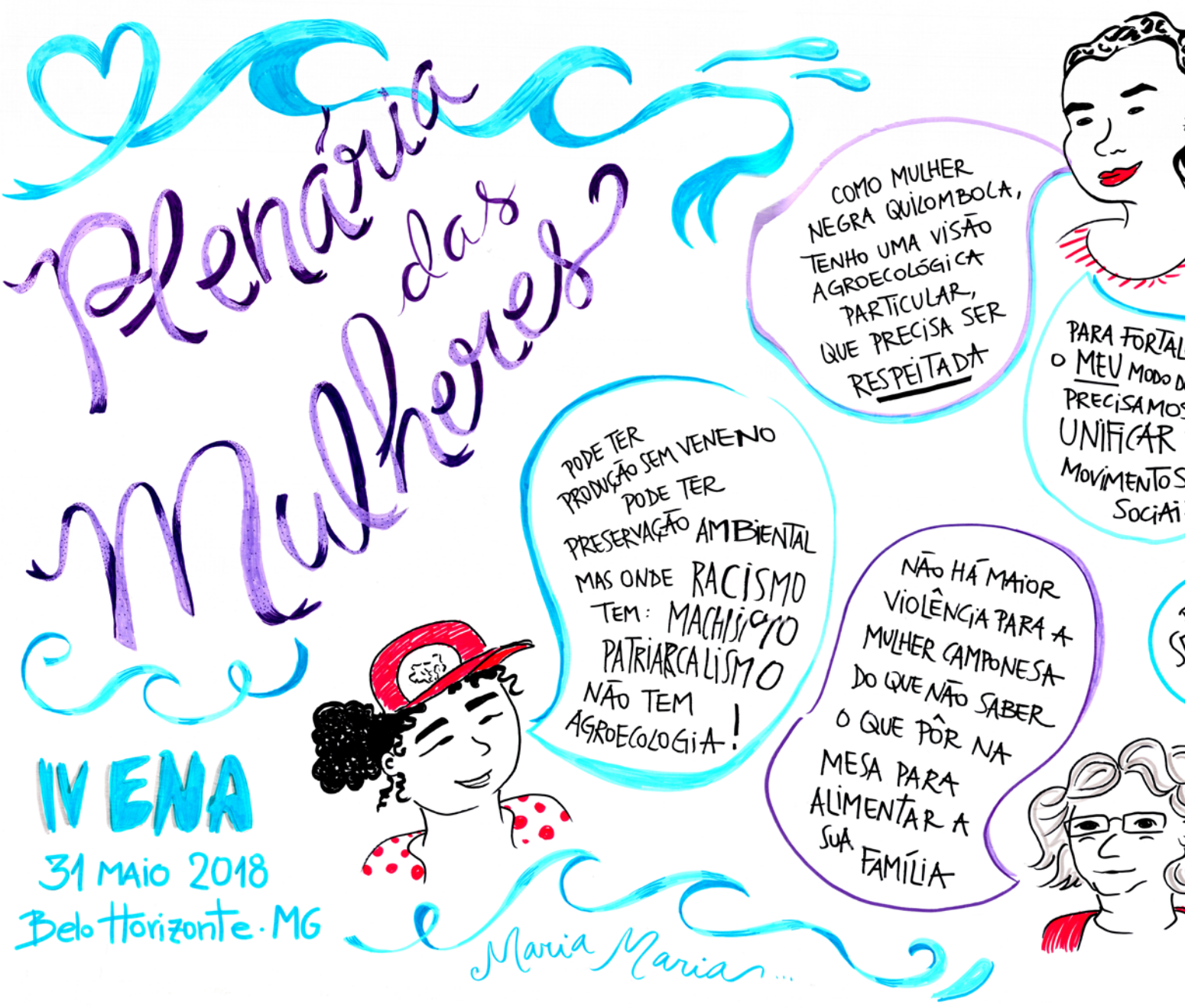
Radicalizamos nossa luta! Contra o patriarcado, o racismo, a lesbofobia, contra qualquer imposição sobre nossa forma de amar, contra o capital: estamos em fúria feminista!

Fora, Temer; Lula livre!

MATERIAIS DE REFERÊNCIA:

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Ao vivo: Plenária das Mulheres!*, 31 maio 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/245927812159347/videos/1716447881773992.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Depoimento de Luíza Cavalcante Santos Dias*, 31 maio 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=1716674578417989.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. GT Mulheres. *Sem Feminismo, Não Há Agroecologia!* Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf.
- MONTEIRO, Bernadete; NOBRE, Miriam. *Mobilização IV ENA*.
- ZELIC, Helena. *Somos todas petroleiras: delegação do ENA se soma a ato em refinaria em Betim/MG*. Disponível em: https://agroecologia.org.br/2018/06/01/somos-todos-petroleiros-delegacao-do-ena-se-soma-a-ato-em-refinaria-em-betimmg.




Plenária das Mulheres
COMO MULHER NEGRA QUILOMBOLA, TENHO UMA VISÃO AGROECOLÓGICA PARTICULAR, QUE PRECISA SER RESPEITADA
PARA FORTAL
O MEU MODO D
PRECISAMOS
UNIFICAR
MOVIMENTOS
SOCIAI
PODE TER PRODUÇÃO SEM VENENO PODE TER PRESERVAÇÃO AMBIENTAL MAS ONDE TEM: RACISMO MACHISMO PATRIARCALISMO NÃO TEM AGROECOLOGIA!
NÃO HÁ MAIOR VIOLÊNCIA PARA A MULHER CAMPONESA DO QUE NÃO SABER O QUE PÔR NA MESA PARA ALIMENTAR A SUA FAMÍLIA
IV ENA
31 MAIO 2018
Belo Horizonte · MG
Maria Maria...


EU NÃO VOU RECUAR, EU ESCOLHI ECOAR A MINHA VOZ
QUERO VER MAIS MULHERES INDÍGENAS AQUI
EU PERDI TUDO MAS NÃO PERDI A SEMENTE PARA MUDAR
QUEM CUIDA DAS SEMENTES SOU EU!
AS FEIRAS DAS MULHERES GARANTEM A SOBERANIA ALIMENTAR
Estamos em FÚRIA Feminista
PRODUTOS SADIOS QUE A GENTE MESMO COME SEMPRE VENDEM BEM
As flores e as dores são nossas
NÓS, MULHERES, PODEMOS ESTAR ONDE NÓS QUISER!
mulheres, água e energia não são mercadoria
TEMOS SABEDORIA PARA NOS UNIR!
Marina Nicolaiewsky

Plenária das

"Chega de ficar parado olhando a navalha da injustiça cortando os direitos e sonhos da gente... Juventudes unidas gritam mais forte."

Neudo Oliveira

Mobilizadas e organizadas na marcha pela construção e pelo fortalecimento da agroecologia, as juventudes do campo, das águas, das florestas e das cidades, conduzidas pela mobilização, formação e organização, trouxeram suas bandeiras de luta e suas palavras de ordem como elementos condutores para a consolidação do Grupo de Trabalho (GT) das Juventudes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A Plenária das Juventudes nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) se afirmou como espaço estratégico na emancipação política e humana das/dos jovens.

Romper a lógica de como são escritas e contadas as histórias da agroecologia coloca a tarefa de sistematizar as trajetórias, os desafios e os aprendizados das experiências e processos nos territórios, nos movimentos, nos coletivos e nas organizações, utilizando metodologias participativas e populares. Com isso, o GT das Juventudes tem se desafiado a cantar e encantar a ousadia das juventudes para que o campo e a cidade assumam a agroecologia como forma de viver e amar.

REGANDO A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

As juventudes têm alcançado importante papel dentro do movimento agroecológico. No ano de 2016, foi criado o GT das Juventudes da ANA, formado por 12 jovens de diferentes estados do Brasil, e, desde então, várias ações conjuntas têm fortalecido a atuação das juventudes nos diferentes territórios.

A Plenária das Juventudes expressou todo o processo de mobilização, auto-organização, organização e formação das/dos jovens a partir das lutas que emergem cotidianamente



nos territórios e se constituiu como um momento de interação entre o GT e as juventudes presentes, a fim de construir estratégias de ações coletivas e ampliar a representação no GT.

Motivado pelo lema do IV ENA *Agroecologia e democracia unindo campo e cidade*, o GT das Juventudes da ANA organizou espaços preparatórios de planejamento da atuação das juventudes no IV ENA:

- Em **outubro de 2017**, no Plug Minas, em Belo Horizonte (MG), foi iniciada a gestação da plenária e a aproximação com o Fórum de Juventudes da grande Belo Horizonte e com o GT de Comunicação e Cultura da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), buscando o estreitamento dos vínculos entre os coletivos e a partilha das atribuições para a realização da plenária.
- Em **fevereiro de 2018**, foi realizada virtualmente a construção da programação e da proposta metodológica.
- Em **maio de 2018**, na Casa Ataré, em Belo Horizonte, afinaram-se a metodologia, as articulações com contribuições externas e a projeção de mobilização das juventudes para a participação da plenária e a divisão das tarefas.

> *"Se uma semente já tem força suficiente para romper o que a sufoca, imagine uma diversidade de sementes conectadas. As juventudes são as sementes da transformação."*
>
> Hérica Janaína – Agreste Meridional/Pernambuco

Alinhavando como se daria a plenária, houve um diálogo contínuo com as/os antenas de cada estado, visualizando que as mobilizações realizadas nos territórios envolvessem e garantissem pelo menos 30% da participação de jovens no IV ENA, o que se tornaria energia, ousadia e rebeldia para romper com a lógica formal.

COLORINDO A PLENÁRIA E AGITANDO O PARQUE

Era sábado e, no acampamento das juventudes, amanhecia. Transitava em meio às barracas a equipe de alvorada, que despertava as juventudes com a sonoridade dos tambores; o ecoar de poesias, cordéis, aboios e *raps*; e o calor do coração.



Ouvia-se das barracas o som dos zíperes dos mochilões de *camping*, de onde as juventudes tiravam cores, afetos, sotaques, instrumentos, cancioneiros, poemas, vestes, sementes, saberes, sabores e as simbologias e/ou bandeiras de luta dos seus territórios, que embelezariam a tenda principal do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), onde aconteceu a Plenária das Juventudes, montada no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, centro de Belo Horizonte.

Ao chegarem ao parque, as juventudes de todos os estados brasileiros começaram a enfeitar a tenda. Organizaram os assentos, penduraram o painel com o tema da plenária, *A nossa ousadia é o campo e a cidade na luta pela agroecologia*, esticaram várias faixas com palavras de ordem das juventudes e do movimento agroecológico, arquitetaram no centro da plenária a nascente, os afluentes, matas ciliares, cachoeiras... As águas dos rios que carregavam os anúncios e as denúncias vividas pelas juventudes de cada região do país.



Agregou-se a tudo isso sementes crioulas, mudas de plantas, artesanatos, bandeiras das unidades da federação, organizações, movimentos, redes, coletivos e bandeiras LGBTI+ com consignas *Agroecologia sem LGBTIfobia/Diversidade unindo o campo e a cidade*.

Enquanto tudo se ordenava na tenda, as juventudes montavam uma barraca para vender camisas de diversas cores com o lema da plenária e a intervenção entre a tenda e a feira, onde montaram a barraca de *camping* com cartazes: *I Acampamento Pedagógico das Juventudes, A nossa luta é todo dia contra o machismo, o racismo e a LGBTIfobia* e *A nossa ousadia é o campo e a cidade na luta pela agroecologia*, dando visibilidade a partir de uma *Instalação Artístico-Pedagógica* de caráter assertivo e político.

Saiba mais sobre o Acampamento das Juventudes no Caderno 3: *O Fazer Coletivo da Agroecologia: Metodologias, processos colaborativos e diálogo com a sociedade*



CAMINHANDO, COMUNICANDO E ABRINDO ALAS

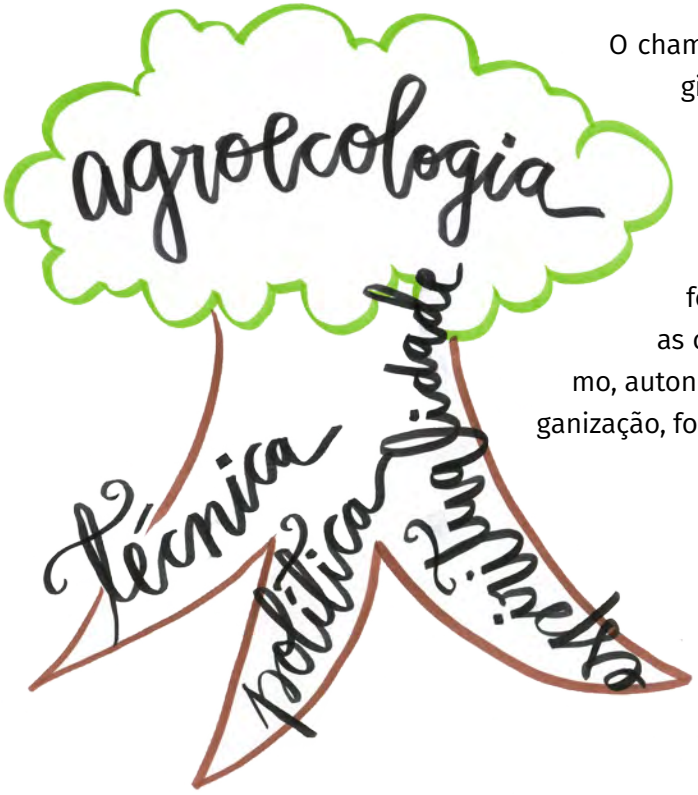
A identidade visual das juventudes tomou conta do IV ENA — acampamento, rádios, vídeos de chamamentos, camisas/faixas/painéis com a identidade do GT das Juventudes da ANA, abertura política do IV ENA, toré de encerramento do seminário das juventudes, palcos das apresentações culturais e leitura da carta política na plenária final.

Atrelada a isso, veio a agitação em forma de cortejo por todo o Parque Municipal, conduzindo o chamamento para a plenária, que foi feito com a agitação das juventudes.

Cheguei, meu povo,
cheguei para
construir (bis)

Se você ainda não sabe,
as JUVENTUDES
tão aqui... (bis)

Quem são vocês? Sou JUVENTUDE.
Não escutei. Sou JUVENTUDE.
Mais uma vez. Sou JUVENTUDE.
Sou, sou JUVENTUDE, eu sou.
Queremos é pautar
Pra nossa vida melhorar.
VAMOS À LUTA!



O chamego entre as juventudes e a agroecologia/democracia tornou-se mais patente com a chegança na tenda principal do IV ENA, quando o ramo segurado por uma mulher camponesa se movimenta anunciando a chegada do cortejo e a força das juventudes no romper de todas as cercas e no semear de amor, protagonismo, autonomia, ousadia, rebeldia, mobilização, organização, formação e unidade campo-cidade.

ANCESTRALIDADE E MÍSTICA NA MOBILIZAÇÃO DAS JUVENTUDES

A história dos povos traz como elementos de resistência: deusas/deuses, crenças, ritmos, danças, receitas, rituais, etc. — que podem ser utilizados como tática para agitar e propagar as formas de luta e as relações da ancestralidade na afetividade com a natureza e o bem viver.



Dona Agda Andrade Cavalheiro, 71 anos, benzedeira e rezadeira do Movimento Aprendizes da Sabedoria do Paraná

Raízes, preces, ramos e leveza regem a energia de quem benze com encantadas e encantados. Benzimento é o abençoar, agir pelo sentimento de caridade, o vincular das relações de solidariedade/afetividade e a comunhão de forma coletiva à prática constante do amor e do cuidado entre todos. Benzer é transmitir o bem e boas vibrações. É criar uma atmosfera para se discutir o papel das juventudes na luta pela democracia e pela agroecologia. Agradecendo pela interação e condução da mística que "alumiou" a Plenária das Juventudes no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), Dona Agda Andrade alertou: *"A necessidade de perpetuação dessas práticas entre as gerações, como estratégia de preservação e continuação dos saberes ancestrais e tradicionais, das plantas*


IV ENA
SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA
FASE
2013
2014


ÁGUA NÃO É MERCADORIA
COMUNICAÇÃO É UM DIREITO! CALAR JAMAIS
O BRASIL É QUILOMBOLA NENHUM QUILOMBO A MENOS
REFORMA AGRÁRIA: PELA DEFESA DA TERRA E DOS TERRITÓRIOS
COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE
CONTAG
COOMAFITT
JUVENTUDES
A NOSSA OUSADIA É O CAMPO E A CIDADE NA LUTA PELA AGROECOLOGIA
IV ENA
JUVENTUDES:
A NOSSA OUSADIA É O CAMPO E A CIDADE NA LUTA PELA AGROECOLOGIA!
GT JUVENTUDES
AS GAY, AS BI, AS TRANS E AS SAPATÃO TAO TUDO ORGANIZADA PRA FAZER REVOLUÇÃO!
MC XUXU
FÓRUM
Ação da Juventude
Eco Local

medicinais, torna-se responsabilidade das juventudes como guardiãs dessa prática, para que não seja extinta. Que o divino espírito ilumine essa juventude, a sua sabedoria, a sua inteligência. E que o Senhor abençoe e proteja...”

Impregnadas de forças transformadoras, as juventudes podem operar verdadeiros milagres na mobilização, organização e formação. Por isso, sendo a espiritualidade a certeza de mudar de vida para viver uma vida mais bela, mais harmoniosa, mais feliz, as juventudes encerraram esse momento cantando a *Canção da Terra*, de Pedro Munhoz:

Tudo aconteceu num certo dia,
hora de Ave-Maria, o Universo vi gerar.
No princípio, o verbo se fez fogo.
Nem atlas tinha o globo,
mas tinha nome o lugar,
era Terra, Terra.
Era Terra, Terra.

E fez, o Criador, a natureza.
Fez os campos e florestas.
Fez os bichos, fez o mar.
Fez, por fim, então, a rebeldia,
que nos dá a garantia
que nos leva a lutar
pela terra, terra,
pela terra, terra.

Madre terra, nossa esperança,
onde a vida dá seus frutos,
o teu filho vem cantar.
Ser e ter o sonho por inteiro.
Ser sem-terra, ser guerreiro
com a missão de semear
a terra, terra,
a terra, terra.

Mas apesar de tudo isso,
o latifúndio é feito um inço
que precisa acabar,
romper as cercas da ignorância
que produz a intolerância.
Terra é de quem plantar
a terra, terra,
a terra, terra.



PROSEANDO SOBRE AS DIMENSÕES PARA CONSTRUIR A AGROECOLOGIA

O Movimento Brasileiro de Agroecologia sempre contou com a força, a alegria e a esperança trazida pelas juventudes do campo. Desde suas origens, na década de 1980, quando o Brasil já vivenciava as lutas pela redemocratização e o enfrentamento à ditadura militar, o movimento agroecológico teve presença marcante de jovens que, articuladas/os com as organizações e os movimentos sociais populares, buscavam alternativas ao modelo imposto pela Revolução Verde. Pautados pela escuta e pela cooperação junto a movimentos sociais e sindicais, cooperativas, associações e por setores da Igreja representados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o movimento agroecológico veio se construindo orientado pela técnica, pela política e pela *espiritualidade* como seus eixos estruturantes. Como trazido pela professora Irene Cardoso, do Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), durante a Plenária das Juventudes no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA):

> *"Este saber ouvir, a gente já trazia como referência da educação popular de Paulo Freire. Se perguntar pra qualquer um da minha época qual era o livro de cabeceira, era* "Extensão ou comunicação?"*. Então, essa capacidade de ouvir e de querer ter como parceiro o conhecimento popular, a gente já traz isso desde o nascedouro".*



Participação da professora Irene Cardoso na Plenária das Juventudes



Ao longo dos mais de 30 anos de história do movimento agroecológico no Brasil, a articulação com os movimentos e organizações sociais populares foi se consolidando, tendo sido, inclusive, um elemento importante na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Nesse período, as estratégias metodológicas e de comunicação puderam se ampliar como consequência também do maior acesso à internet, às redes sociais, e de outras ferramentas que permitiram maior diálogo com a sociedade brasileira. Mas qual foi e ainda é o lugar das juventudes nessas lutas? E mais, quem são as juventudes que constroem a agroecologia no Brasil?

A participação das juventudes se deu em sua inserção desde os processos de produção, beneficiamento, comercialização e em seu engajamento nos processos organizativos nas suas respectivas comunidades. Entretanto, tomando como referência histórica os ENAs, seu lugar é demarcado com mais vigor somente a partir do III ENA, realizado em Juazeiro (BA), no ano de 2014, quando houve uma plenária com mais de 300 jovens que levantou a reflexão a partir da seguinte questão: “Por que interessa às juventudes discutir agroecologia?”, refletindo-se, com isso, sobre “Qual o lugar das juventudes na ANA?”.



Como consequência dessa reivindicação, foi criado, em 2016, o GT das Juventudes da ANA, na ocasião de um encontro intitulado *Diálogos, Juventudes e Agroecologia*, que reuniu cerca de 150 pessoas no Recife, na sua maioria jovens e técnicas/os de organizações que atuam com juventudes. Estas e estes vindos das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. O Encontro foi puxado por organizações e coletivos que desenvolvem ações no campo agroecológico e com as juventudes, como: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo (Apoinme) e a própria ANA.

A criação do GT contribuiu para a ampliação dos processos comunicativos das juventudes com a produção direta de materiais e instrumentos de comunicação alternativos e democráticos e com o fortalecimento dos coletivos de juventudes.

Atualmente, mesmo que possamos considerar os avanços significativos no sentido do reconhecimento e da visibilidade das juventudes como sujeitos políticos fundamentais ao movimento agroecológico, é ainda necessário seguir reivindicando esse lugar. Até porque novas pautas vêm sendo apresentadas pelas juventudes e dizem sobre os novos contextos em que elas se inserem hoje. Assim, o movimento agroecológico



vem assumindo a importância da aproximação com o movimento de Educação do Campo através, por exemplo, das Escolas Família Agrícola (EFAs), como estratégia para a formação e o fortalecimento das juventudes, uma vez que essas escolas trabalham no sentido do estímulo à participação e à autonomia das/os jovens.

O fortalecimento das ações do GT das Juventudes contou também com o apoio de algumas entidades/organizações: ActionAid, Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e Terre des Hommes Suisse e Schweiz (TDH).

Cabe destacar que a cultura popular vem sendo assumida nas lutas agroecológicas como elemento fundamental que ensina sobre resistência, resiliência e capacidade de mobilização. Os debates provocados pelo movimento de agroecologia nas festas e nos eventos populares — tais quais as romarias e os festejos religiosos — podem ser adotados como estratégias concretas de aproximação dos movimentos populares, de diálogo com a sociedade, para o enfrentamento do atual cenário político e social e para manter o movimento firme e animado na construção do projeto popular brasileiro.





Ainda como um apontamento atual feito pelas juventudes da agroecologia, está o enfrentamento da perspectiva machista, patriarcal, racista e LGBTIfóbica que agrava a violência física e simbólica contra as juventudes, especialmente contra a juventude lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexo (LGBTI+). Estas e estes precisam ter maior visibilidade nas lutas sociais do campo, já que, no contexto rural, essa é ainda uma pauta "tabu" cujas violências recaem de forma mais intensa sobre esse grupo.

Ao tratá-la no plural, enquanto juventudes, evidencia-se que a condição de ser jovem não diz respeito a um grupo homogêneo aglutinado em torno de um recorte etário simplesmente. As juventudes devem ser consideradas em sua diversidade quando consideram-se também diversos os contextos em que elas se constituem. Daí, tem-se que no campo, nas águas, nas florestas, nas regiões semiáridas, nas cidades ou enquanto quilombolas, ribeirinhas/os, indígenas, extrativistas, homens, mulheres, estudantes, LGBTI+, entre tantos outros recortes possíveis de diferenciação, a constituição das juventudes se dá de maneira plural.

Fato é que, na multiplicidade de seus sujeitos e de suas formas de existir e se expressar, as juventudes renovam o movimento da agroecologia. Por isso, é preciso desconstruir as representações que as tratam como desinteressadas, ampliando sua participação,



fortalecendo seus coletivos e as considerando parte fundamental na construção da agroecologia. Por isso, é preciso garantir a valorização e visibilidade das pautas das juventudes nos espaços e eventos coletivos e, como dito por Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá e da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), também na Plenária das Juventudes do IV ENA: *"Não dá pra dizer que é juventude construindo agroecologia e dizer que não gosta de política, pois a política conduz a vida da sociedade. Com o golpe político que sofremos, os índices de fome no Brasil só têm aumentado. Precisamos pensar que esses momentos precisam ampliar e fortalecer a produção sustentável de alimentos que garanta o acesso a uma alimentação saudável à classe trabalhadora do campo e da cidade, e a juventude tem um papel importante nisso".*

Contudo, o que hoje as juventudes reforçam é que as lutas da agroecologia não estão restritas à produção ou comercialização de alimentos saudáveis, às políticas públicas ou que não pertencem apenas às dimensões técnicas de manejo dos bens naturais, mas que alcançam as dimensões afetivas e dos corpos, das identidades, das condições de existência enquanto sujeitos e do combate a todas as formas de violência que atacam as juventudes.



ÁGUAS QUE CARREGAM DESAFIOS E ANÚNCIOS

Aqui se traz “O que foi?!”, “O que é?!” e “O que tende a ser?!”.

Emergem histórias, táticas, estratégias, análises da realidade e avaliações dos processos nas formas de anúncios e/ou denúncias, mostrando que a vida e os feitos não são lineares e se assemelham ao ciclo das trajetórias, dos desafios e dos aprendizados dos rios.

As juventudes de cada região brasileira (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) foram convidadas a embarcar nas águas, nos sentidos e nas emoções e apresentar os desafios e anúncios das vidas das juventudes em seus territórios, apontando elementos ao longo da construção de cada rio e possibilitando compreender o que converge entre as regiões.

Como todo rio possui uma organização, na metodologia não foi diferente. Partiu-se de uma nascente chamada *Democracia/Agroecologia*, trazendo o resgate da caminhada das juventudes na construção do Movimento Agroecológico ao longo dos últimos 30 anos, o que possibilitou a concentração e conexão das juventudes nos remos da redemocratização brasileira e na reflexão de qual tem sido o papel das juventudes nesse processo.

Contemplar processos e ações que constroem a história traz a síntese de que todos os passos se dão de forma individual, mas que todas as transformações são feitas de forma coletiva e com muita luta.

Ao longo dessas águas, pode-se identificar onde estão outros elementos de um rio, como as **cachoeiras**, que são simbolizadas por um grande encontro e/ou culminância que pode mudar os cursos de um processo, bem como as **barragens**, que represaram histórias de alguma forma ameaçadoras, as **pedras**, representadas por desafios, perseguição e criminalização das ações, as **cheias**, que são os momentos de mais pessoas mobilizadas e organizadas, projetos e ações, em contrapartida às **secas**, retratadas pela falta de recursos e por menos ações.

lembrem-se.
Todo rio possui correnteza/caminho/margem..., e ele carrega consigo a capacidade de nos subsidiar. Por isso, não podemos perder de vista: “Onde estamos?”, “Com quais elementos podemos contar?”, “Para onde queremos ir?”...

Durante a construção do Rio da Vida, as juventudes apontaram diversos anúncios e denúncias contemplando todos os elementos de um curso d'água, em que notoriamente se percebe a importância de políticas públicas, organizações, projetos, cursos, espaços de formação e resgate de sabedoria popular.

Cada região era um curso do rio da grande nascente, e a socialização dos cursos de rios de cada região se deu de forma artística, seja com música ou poesia, seja a partir da voz das/os jovens presentes, de modo que a objetividade e a essência do debate fossem partilhadas com os demais.

Dessa forma, a *Plenária das Juventudes* contou com a bênção e a partilha dos caminhos trilhados pelos mais velhos, música e animação para dividir as regiões com "Eu vou fazer uma farinhada", em que, dançando e brincando, as juventudes pudessem se reconhecer em sua região e partilhassem os anúncios e as denúncias mais marcantes.





ANÚNCIOS

- Reconhecimento e introdução do Grupo de Trabalho (GT) das Juventudes na organicidade da Articulação Nacional de Agroecologia.
- Ampliação de temáticas e projetos.
- Reconhecimento do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) como espaço estratégico de afirmação das juventudes.
- Fortalecimento da relação das juventudes com os saberes e sabores ancestrais.
- Fortalecimento de projetos e ações na perspectiva da geração de renda no campo e na cidade.
- Fortalecimento e criação de coletivos de juventudes.
- Garantia de espaços de formação e participação das juventudes, levando em consideração as temáticas de sexo, raça, sexualidade, etnia, territorialidade, etc.
- Implementação de cursos de licenciatura e/ou bacharelados em educação do campo e da agroecologia.
- Luta pela garantia dos direitos das juventudes (lazer, sexualidade, esporte, cultura, etc.).
- Luta pela educação contextualizada.
- Novas formas de mobilização, organização e lutas das juventudes.
- Ocupação das escolas como denúncia da Reforma do Ensino Médio e como mobilização pela autonomia das juventudes.
- Participação das juventudes na construção dos conhecimentos agroecológicos.
- Protagonismo das juventudes em diversas frentes de luta.
- Resistência das juventudes nos assentamentos e nas ocupações urbanas e rurais.

DENÚNCIAS:

- Falta de incentivo à permanência das juventudes no campo, a exemplo da não consolidação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.
- Atentado aos direitos e às vidas das juventudes por: reformas trabalhista, da Previdência e do Ensino Médio; desmonte da Secretaria Nacional das Juventudes; Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os gastos públicos.
- Aumento do uso de agrotóxicos.
- Consolidação do golpe em 2016.
- Criminalização e genocídio da juventude negra.
- Desmonte do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).
- Exploração dos territórios e impactos gerados pelas grandes obras/empreendimentos: agronegócio, mineradoras, hidroelétricas, campos eólicos, ferrovias, portos, transposição do Rio São Francisco, etc.
- Exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Fim das políticas dos Territórios da Cidadania.
- Não reconhecimento das juventudes como sujeitos políticos por parte de algumas organizações, movimentos, redes, etc.
- Perseguição, criminalização e assassinatos de lideranças populares (Rafael Braga, Marielle Franco, entre outros).
- Práticas de trabalhos análogas à escravidão.
- Preconceito e violência física e simbólica contra as juventudes LGBTI+, negra, mulheres — no campo, nas águas, nas florestas e nas cidades, gerando assassinato e feminicídio.

"Se fecharem os poucos caminhos, mil trilhas nascerão..."



DESAFIOS:

- MACHISMO, RACISMO E LGBTFOBIA há uma invisibilidade da juventude LGBTQ+ no campo

Continuar a trajetória é poder trazer, a partir dessas discussões, alguns *apontamentos, aprendizados e projeções* para o próximo período, como:

* A força e a presença das mulheres no IV ENA: na Plenária das Juventudes houve a participação de 200 jovens, sendo 120 mulheres e 80 homens.
* Potência das mídias sociais para a ampliação do diálogo com a sociedade. Na transmissão ao vivo, foram alcançadas aproximadamente 13 mil pessoas.
* Não definição dos 30% de juventudes apenas pela faixa etária de 15 a 29 anos. Ela é um norte, mas é preciso construir nos territórios o sentido e a importância das juventudes como sujeitos de direitos, e isso deve passar pelos próprios sujeitos, que devem se reconhecer como jovens e estar engajados nas lutas pelas juventudes dentro do movimento agroecológico.
* As juventudes que compõem o movimento agroecológico brasileiro não são abstratas. Têm sexo, sexualidades, raças, etnias, territorialidades e classes; por isso, todas essas dimensões devem estar contidas no fazer agroecológico.
* O fortalecimento da discussão sobre gênero e o assumir das bandeiras da sexualidade e contra a LGBTIfobia, pelo GT das Juventudes, no meio rural brasileiro e no movimento agroecológico, apontam a necessidade da organização política dos sujeitos LGBTI+ pelo movimento agroecológico.

"Um sonho que se sonha em solidão pode ser pura ilusão... Sonho que se sonha junto é sinal de solução. Então vamos sonhar, companheirada, sonhar ligeiro, sonhar em mutirão."



RECITANDO POEMAS/VERSOS, ENTOANDO CANTIGAS/ABOIOS, MANDANDO *RAPS*, ENVIANDO CARTA...

As juventudes entendem cultura como modo de viver, cuidar, comer, celebrar, partilhar. Ela faz parte da vida, toca, alcança sentimentos e dimensões sutis do ser, faz com que haja entrega ao tempo presente.

A criatividade em novas maneiras de construir, partilhar e ampliar o alcance do conhecimento e o caminho trilhado pelas juventudes é o combustível para agregar em encontros e atividades nacionais e regionais, que servem para acumular e recarregar as energias para que os trabalhos construídos nos territórios sejam aquecidos por essas centelhas de brilho, magia, resistência e ousadia necessárias para construir a agroecologia.

Amanda Xukuru, jovem, lésbica, da etnia Xukuru de Pesqueira (PE), em reverência às matas e à jurema sagrada, convida as juventudes a seguir em marcha e a revisitar poemas, poesias, versos, aboios, *raps* e a carta política da Plenária das Juventudes:

"Alegria já chegou,
tristeza foi embora.
Arreou, arreou, randou.
Arreou, arreou, randá." (bis)

"Eu acredito que o mundo
será melhor
quando o menor que padece
acreditar no menor."

"Educação
do campo é
direito, e não
esmola!"

"Se tem machismo, racismo, LGBTIfobia,
expulsão de povos tradicionais e exploração,
não é agroecologia!"

"Juventude brasileira,
qual é a sua missão?
Semear soberania
e fazer revolução!"

"Cheguei, meu povo,
cheguei para construir. (bis)
Se você ainda não sabe,
as juventudes tão aqui." (bis)

JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR CONSTRÓI O PODER POPULAR!

“O patriarcado destrói,
o capitalismo faz a guerra.
O sangue LGBTI+ também
é sangue sem-terra!”

“A nossa ousadia
é o campo e a
cidade na luta pela
agroecologia!”

“Eu quero ver, eu quero ver, eu quero ver...
Eu quero ver o que você vai fazer.
Eu quero ver... se você não se mexe,
eu quero ver quem se mexe por você.”

NEGRO NAGÔ

Pastoral da Juventude

“Eu vou tocar minha viola.
Eu sou um negro cantador.
O negro canta, deita e rola,
lá na senzala do senhor.

Dança aí, negro nagô. (4x)
Oh oh oh

Tem que acabar com essa história
de negro ser inferior.
O negro é gente e quer escola,
quer dançar samba e ser doutor.

Dança aí, negro nagô. (4x)
Oh oh oh

O negro mora em palafita,
não é culpa dele, não senhor.
A culpa é da Abolição,
que veio e não o libertou.

Dança aí, negro nagô. (4x)
Oh oh oh

Vou botar fogo no engenho
‘aonde’ o negro apanhou.
O negro é gente como o outro,
quer ter carinho e ter amor.

Dança aí, negro nagô. (4x)
Oh oh oh”

NA TENDA CENTRAL ERA CONCENTRAÇÃO

Rodrigo Silva (PE)

"Saudações agroecológicas
ao povo que luta e persiste
por uma pátria revolucionária
que, em seus territórios, resiste.

No valor de cada Encontro, reunidos.
Juntos buscando transformação
de vários lugares e culturas,
na tenda central era concentração.

Nossa raiz camponesa
foi lá para reivindicar,
dia 2 de junho de 2018,
em prol da agroecologia cultivar.

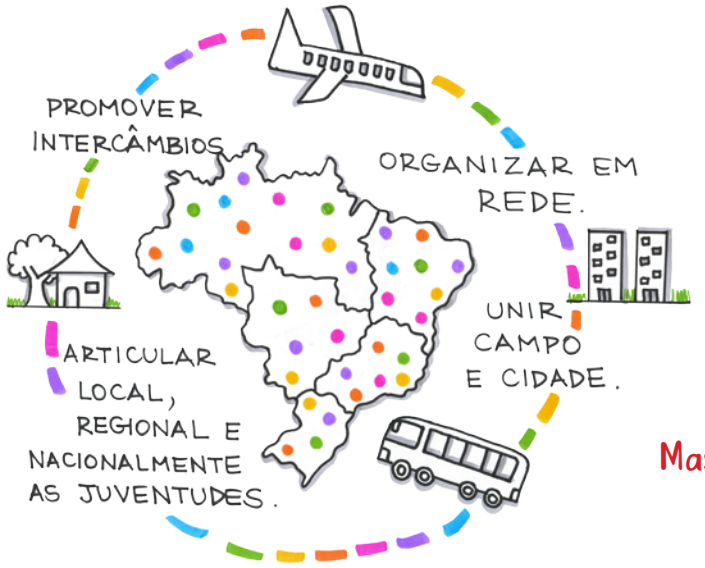
Muita gente guerreira reunida.
(Re)encontro das juventudes do campo,
das águas, das florestas e das cidades,
compartilhando saberes, sabores e encantos.

Um encontro bastante diverso,
com muita participação:
120 mulheres e 80 homens
com a agroecologia em ação.
Combatendo as opressões,
puxando o agronegócio pela raiz,
juventudes de todos os territórios,
estados e regiões do País.

Acolhendo todo mundo,
não perdendo ninguém de vista,
nos juntamos e organizamos,
reafirmando a nossa mística.

Muito cortejo e animação
passando por toda área,
convocando toda a juventude
pra nossa bela plenária.

Se achegue, meu povo,
pois a nossa ousadia
é o campo e a cidade
na luta pela agroecologia."



É TEMPO DE COLHER

Ademar Bogo

"Há momentos na História
em que todas as vitórias
parecem fugir da gente.
Mas vence quem não desanima
e busca em sua autoestima
a força pra ser persistente.
O tempo passa lento,
mas também passa com ele a glória do imperador.
Quem tem as mãos de construir
terá de levantar-se e decidir
o dia de enterrar a dor.
E erguer-se de todos os lugares
para dizer que é hora de colher
tudo o que se plantou.

Gente é como água do mar:
mesmo se movendo devagar,
mostra no seu balançar
que nunca se dobrou.
Regamos o deserto da consciência,
e um novo ser nasceu.
É hora de ir, companheiro,
você é o guerrilheiro que a História nos deu.
Regamos o deserto da consciência,
e um novo ser nasceu.
É hora de ir, companheira,
Você é a guerrilheira que a História nos deu."

MATERIAL DE REFERÊNCIA:

- Vídeo da Plenária das Juventudes:

https://www.facebook.com/articulacaonacionaldeagroecologia/videos/1718288261589954

Plenária das



IRENE CARDOSO
ABA
(UFV-MG)

AS JUVENTUDES PRECISAM BUSCAR FORÇAS NA COOPERAÇÃO ENTRE AQUELES QUE QUEREM CONSTRUIR UM PROJETO POPULAR.



ALEXANDRE PIRES
ANA - ASA
(CENTRO SABIÁ - PE)

AS JUVENTUDES CONSTROEM O CONHECIMENTO AGROECÓLOGICO DE DIVERSAS FORMAS: **PRODUZINDO BENEFICIANDO, COMERCIALIZANDO, COMUNICANDO E SE ORGANIZANDO**



A CULTURA POPULAR NOS TRAZ RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA.

AS FESTAS POPULARES SÃO ESPAÇOS DE LUTA!



DESAFIOS:

- MACHISMO, RACISMO E LGBTFOBIA
  há uma invisibilidade da juventude LGBTQ+ no camp
- COMPREENSÃO DOS MAIS VELHO SOBRE A FORMA DE VIVER DOS JO
- PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARTID

Agroecologia é política!

rios do tempo das j

Juventudes

IV ENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
BH • MG • 2018

FORMAR

organização, trabalho, estudo e luta



INCLUSÃO DAS TEMÁTICAS RELACIONADAS A EQUIDADE DE GÊNERO NOS CURRÍCULOS.

- PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA DIVISÃO DOS RECURSOS GERADOS NA PRODUÇÃO
- ACOLHER E VALORIZAR O SABER ANCESTRAL.
- O BRASIL VOLTOU AO MAPA DA FOME: COM O DIÁLOGO CAMPO-CIDADE PODEMOS ALIMENTAR O PAÍS.

FORMAÇÃO DE BASE E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA.

MOBILIZAR E ORGANIZAR

CRIAR PROCESSOS DE LUTA PERMANENTE.

AMPLIAR E ACESSAR POLÍTICAS PÚBLICAS.

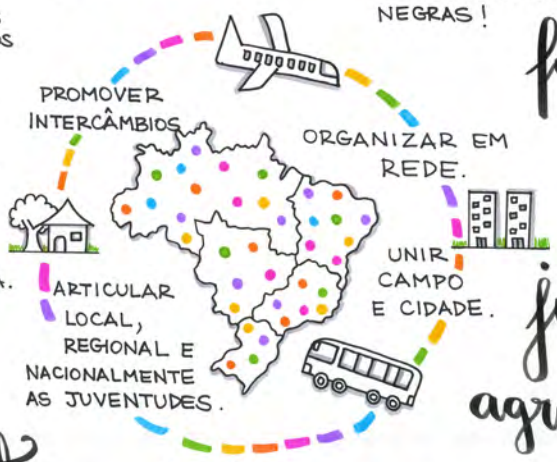
FAZER FEIRAS PROTEGER SEMENTES CRIOULAS.



ENVOLVER AS JUVENTUDES EM ESPAÇOS COLETIVOS E TOMADAS DE DECISÃO.

GERAR RENDA E CAPTAR RECURSOS.

PROMOVER O PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES NEGRAS!



fortalecer núcleos e GTs de juventudes e agroecologia

juventudes • norte • nordeste • sudeste • sul • centro oeste •



"A degradação do meio ambiente fere a população indígena, fere os espíritos da floresta. Nossos direitos devem ser respeitados saindo do papel."

Liderança indígena

"Todo dia estamos sofrendo na base, o sistema decide coisas, e a gente se organiza para resistir. Nosso conhecimento está indo embora, crianças sendo expulsas de suas terras, imagina sentir isso na pele enquanto originário. Precisamos garantir e fortalecer nossa sustentabilidade, romper com esse derramamento de sangue. Dizem que não geramos PIB como a tal da soja, mas fazemos muitas outras coisas que não são levadas em consideração."

Alcebíades, liderança da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, etnia Macuxi, de Roraima

A presença de indígenas de 38 etnias durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) demarcou a riqueza da diversidade étnica brasileira e a indissociável conexão entre a agroecologia e as culturas tradicionais na construção do bem viver. Essa presença demonstrou também a expressividade que as questões indígenas vêm assumindo no movimento agroecológico, em um crescendo que tem sido construído desde o III ENA, diante da auto-organização indígena.

Na ocasião do III ENA, em 2014, em Juazeiro (BA), os povos indígenas presentes elaboraram uma carta e apresentaram-na à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), reivindicando participação mais efetiva e protagonismo no processo de construção da agroecologia do Brasil. Assim, o IV ENA é avaliado como "um divisor de águas" para as/os indígenas, por envolvê-las/os, desde o final de 2017, nos processos preparatórios ao Encontro e por criar espaço pela primeira vez para a realização de uma plenária auto-organizada.

Compreendendo o IV ENA como um espaço estratégico de diálogo sobre a gestão dos territórios indígenas e de enraizamento dos princípios agroecológicos na Fundação Nacional do Índio (Funai), representantes indígenas envolveram o órgão e seus servidores no processo de articulação, de mobilização e de culminância do Encontro. Foram mapeadas,



pela Funai e por representantes indígenas, experiências de gestão territorial desenvolvidas em diferentes lugares do Brasil que pudessem inspirar intercâmbio de saberes entre os povos indígenas, bem como experiências representativas da diversidade de questões que envolvem os territórios indígenas, com conflitos emblemáticos enfrentados e resistências construídas, formando uma ampla e rica amostra de vivências dos diferentes biomas e regiões.

Articulados de forma *on-line* desde o final de 2017, os povos indígenas se encontraram presencialmente no primeiro dia do IV ENA, logo após o momento de acolhimento e credenciamento. Reunidos em uma tenda, representantes das diferentes etnias e da Funai definiram a programação da Plenária Indígena e fortaleceram o espírito de comunhão entre si, com manifestações culturais e espirituais dos diversos povos.

A espiritualidade conduziu toda a grande plenária, realizada no dia 2 de junho, que reuniu 130 indígenas (50 mulheres e 80 homens). Xamãs abriram os trabalhos, fortalecendo o propósito dos povos de estarem ali reunidos, acolhendo os parentes e sensibilizando-os a pensar novos passos coletivos.

Ancorados em suas realidades territoriais, as/os indígenas presentes denunciaram violações de direitos e violências de toda ordem a eles impostas, bem como anunciaram processos de resistência que têm construído em prol da sustentabilidade da vida nos seus lugares de origem. À luz de 12 experiências territoriais, foram propostos encaminhamentos e uma Carta Política que visam fortalecer o diálogo com órgãos governamentais e com a sociedade civil como um todo, buscando a efetivação dos direitos dos povos tradicionais.

AS OFENSIVAS DO AGRONEGÓCIO E DOS CHAMADOS "GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO"

A extensa trajetória de luta das guerreiras e dos guerreiros do Xingu, Macuxi (Roraima), Apurinã, Krahó-Kanela (Tocantins), Guarani Nhandeva (Mato Grosso do Sul), Mbyá (Rio Grande do Sul), Sateré-Mawé (Amazonas e Pará), Terena (Mato Grosso do Sul), Munduruku (Pará), Tupy (São Paulo), Kayapó (Pará) e Kaxixó (Minas Gerais) atesta como o

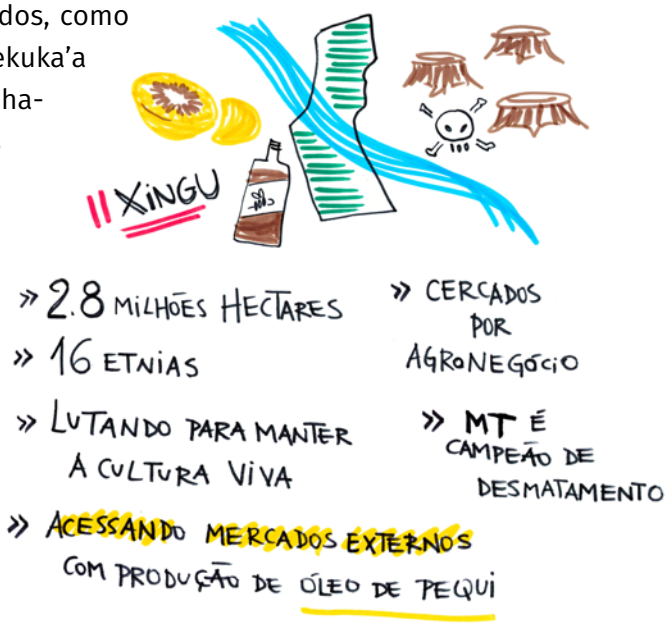
modelo desenvolvimentista e o atual contexto de desmonte de direitos historicamente conquistados têm agravado o desrespeito aos modos de vida e ameaçado a sobrevivência dos povos tradicionais.

A explícita e veloz degradação do meio ambiente é realidade duramente observada nos territórios indígenas como consequência das ações predatórias e criminosas de não indígenas, grileiros e madeireiros que, em nome do lucro a qualquer custo, têm usurpado os territórios e suas riquezas. Como resultado dessa degradação, a redução da biodiversidade, o desequilíbrio e a alteração da flora e da fauna são sentidos diretamente pelos povos que vivem e sobrevivem dos territórios. Ameaças não só à saúde dos ecossistemas, mas também à existência das/os indígenas, que têm seus modos de vida alicerçados na conexão espiritual com o meio ambiente.



Lideranças dos povos Munduruku no estado do Pará denunciam a morosidade da demarcação de suas terras e as violências que sofrem com a imposição da implementação de 43 hidrelétricas dentro de seus territórios, sem qualquer consulta prévia — o que está em desacordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada em 2002 pelo Governo brasileiro — e com grandes impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais para seu povo.

Uma indígena recorda que, além dos imensos prejuízos materiais ocasionados por esses projetos, que desconsideram os rios como verdadeiros corredores da biodiversidade, do fornecimento de alimentos, da garantia de equilíbrio climático, da fertilidade dos solos, em suma, da garantia da própria vida, os impactos para os Munduruku transcendem a materialidade, ao ferir suas formas de existir e de perceber o mundo através da espiritualidade. Locais sagrados foram destruídos, como o Karabixexe — Cachoeira Sete Quedas — e o Dekuka'a — Morro dos Macacos —, ambos lugares onde havia a presença de urnas funerárias e artefatos sagrados. O Dekuka'a, segundo a cultura Munduruku, é o lugar onde vive a mãe dos animais, de onde proveio o próprio povo; assim, a destruição dos espaços acarreta também a desordem na espiritualidade Munduruku.



Outro grave problema denunciado pelos povos é a insuficiência territorial. A emblemática situa-

ção vivida pelos povos do Xingu exemplifica as consequências diretas da expansão do agronegócio, da implantação de grandes empreendimentos e da exploração ilegal de madeiras na região. O território é descrito como insuficiente para comportar dignamente as 16 etnias do Xingu, que sofrem ainda com o desflorestamento, a expansão da monocultura e a contaminação dos rios por agrotóxicos. *"Tentamos manter vivas nossas florestas pela necessidade de usufruto, porém a cabeceira do rio está sendo afetada"*, diz uma liderança indígena.

Tal realidade de insuficiência de terra também é vivenciada pelos povos Kaxixó, de Minas Gerais, o que acarreta, entre outras violências, a dificuldade na reprodução da cultura medicinal desses povos, tornando-os cada vez mais dependentes de medicamentos químicos e enfraquecendo o cultivo das ervas medicinais, sobretudo pelas mulheres e pelas/os pajés, e os acervos ancestrais de saberes sobre o poder curativo das ervas. Os povos Kaxixó reivindicam respeito à Mãe Terra, que é *"a senhora do tempo e do espaço e fonte de vida. O espaço vital onde produzimos e extraímos nossos alimentos"*.



Assim como os povos do Xingu, os Krahó-Kanela, do estado de Tocantins, denunciaram o desmatamento como um grave problema enfrentado por essa população e os impactos negativos advindos da contaminação das águas pelo uso de agrotóxico. Segundo uma liderança, a terra de 31 mil hectares de seu povo está demarcada, mas ainda há territórios na posse de fazendeiros.

AS DENÚNCIAS DE RACISMO INSTITUCIONAL

O racismo institucional nas esferas federal, estadual e municipal, que se manifesta sutilmente ou de forma mais agressiva e direta, tem sido uma realidade constantemente enfrentada pelos povos indígenas.

Na **área da Saúde** é denunciada a burocracia que dificulta o atendimento de pacientes, a exemplo das sete aldeias Atikum-Umã, no estado de Pernambuco, que sofrem com o descaso de atendimento à sua população, ocasionando o óbito de crianças e gestantes por falta de atendimento. Já nos **espaços de trabalho**, o racismo institucional, por exemplo, faz com que integrantes do povo Guarani Mbyá, do estado de São Paulo, sejam dispensados dos trabalhos ou tenham vagas negadas por serem de origem indígena.

Além da **criminalização e da perseguição**, é denunciado o **aumento do número de assassinatos** de indígenas, sobretudo das lideranças, que se tornam visadas ao se posicionarem diante dos conflitos territoriais entre indígenas e ruralistas, grileiros, garimpeiros e madeireiros. A denúncia feita pelos Tupi assevera tal **criminalização e perseguição de indígenas nos territórios**, e, conforme relatam, o desmatamento nas terras indígenas é praticado por grileiros em consonância com policiais. Assim, as denúncias feitas pelos indígenas não surtem efeitos, e a população vive em situação de tensão e medo, uma vez que não conta com a segurança do Estado. Tais violências surgem das/dos próprias/os policiais; instaurados em suas corporações, colocam a população indígena em vulnerabilidade, contrariando a função do Estado e de seus agentes de proteger a sociedade civil.

O sucateamento de cunho político-ideológico da Fundação Nacional do Índio (Funai) também preocupa as/os indígenas, uma vez que retira do órgão a autonomia de gerir políticas indigenistas, devido ao esgotamento de recursos para atender às necessidades





dos territórios. Também é mencionada a burocracia que impede a efetividade do acesso das/os indígenas às políticas públicas, a exemplo das barreiras enfrentadas para a comercialização dos seus produtos. Além disso, é denunciado que existem na Funai setores ocupados por diversos agentes, indigenistas ou não, inclusive por ruralistas, que dificultam avanços na demarcação de terras. Após o golpe de 2016, a **desestruturação e o loteamento da Funai têm sido fomentados pela bancada ruralista com aval do Governo Federal**, e é necessário que o movimento indígena contribua na reestruturação do órgão, para que a Funai cumpra com suas obrigações.

Nesse sentido, é emblemática a afirmação feita na plenária: *"A pauta indígena não é prioridade do Governo Federal, e há uma grande diferença entre o corpo técnico e as direções que estão sob controle de interesses partidários. Percebemos que a agroecologia é um eixo e uma diretriz que pode fortalecer a instituição na afirmação daquilo que é positivo e nortear nossas ações. A luta agora é pela implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), porque a Diretoria de Proteção Territorial se encontra sob influência da bancada ruralista; existe um freio na demarcação de terras na instituição"*.

A ausência de terras e o moroso processo de demarcação geram conflitos sociais entre indígenas e não indígenas, que também se tornam alvo de racismo, à medida que a mídia propaga informações distorcidas e as/os ruralistas usam de violência como ferramenta para solucionar a questão de terras.

São denunciados ainda os ataques vindos do Legislativo, que buscam impedir o acesso das/os indígenas aos direitos fundamentais, a exemplo de projetos de lei e emendas constitucionais com fortes incitações parlamentares, que são feitos em conjunto pela bancada ruralista, com discursos racistas que proliferam e corroboram o ódio e a violência contra as/os indígenas e seus aliadas/os. Ruralistas, sobretudo ligados ao agronegócio, agem de maneira truculenta, tentam intimidar as/os indígenas e usam pressão política sobre as diferentes instâncias oficiais, impedindo o prosseguimento do trabalho de identificação, delimitação e demarcação de terras. Exemplos dessa atuação são o **Projeto de Lei nº 1.610/1996**; o parecer vinculante da AGU nº 01/2017, que tramita no Congresso Nacional; a **PEC nº 38/1999**, que transfere para o Senado a demarcação de Terras Indígenas (TIs); a **PEC nº 237/2013**, que legaliza o arrendamento das TIs; e a **PEC nº 215/2000**, que retira o poder da Funai e também do Executivo de promover a demarcação das terras reconhecidas como tradicionalmente indígenas.

São ainda repudiadas pelos indígenas as ações do Governo Federal que podem contribuir para que violações de direitos dos povos aconteçam, como no parecer do ex-presidente da República Michel Temer relativo ao Marco Temporal. Esse marco é considerado uma tese político-jurídica inconstitucional pela forma como conduz a legitimação de terras a serem definidas como terras indígenas para aqueles que têm sua posse desde 5 de outubro de 1988. Como resultado, as terras em fase de estudos e homologação seriam inviabilizadas e grande parte das terras indígenas em fase de demarcação não seria contemplada. **O marco temporal automaticamente legitima e legaliza violações e violências que vêm sendo cometidas contra a população indígena no país, e aprová-lo significa anistiar os crimes cometidos contra estes povos.**

As/os indígenas reafirmam que a recuperação das terras é um direito imanente dos povos originários, pois se trata da recuperação de sua história e de seus territórios. A terra está ligada não somente às ancestralidades desses povos, à natureza e ao meio ambiente, mas também há um sentimento de pertença inseparável ligado a ela.

Os povos indígenas também repudiam as ofensivas do Estado brasileiro que se materializam e se expressam em diversas formas, como nos empreendimentos de agronegócio, hidronegócio, exploração de minérios, especulação imobiliária e nos desmontes de direitos conquistados, bem como **outras formas de violência que os atingem**, como:

* A expedição de documento indígena para pessoas não indígenas, entendido como **falsidade ideológica**.
* A preocupante elevação nas taxas de **suicídio** da população indígena, principalmente na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, entre os Guarani, e que também tem chegado aos Terena, diante dos três suicídios sequenciais de jovens em 2017, além de outros episódios considerados como tentativas.
* As ameaças ao bem viver dos povos causadas por grandes empresas, a exemplo da Nova Atlântida, que insiste na implantação da carcinicultura em territórios indígenas.
* A exploração de minérios entre os Yanomami, uma atividade que se arrasta há anos, causando desequilíbrio ambiental, violência e crimes.





- O desrespeito de algumas ONGs com os povos indígenas.
- A implantação de estradas ferroviárias em territórios Kayapó.
- A pulverização de agrotóxicos próximo ao território indígena Kaxixó.
- Os conflitos entre Estado e indígenas urbanos em Belo Horizonte.
- A negligência da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para com o povo Atikum-Umã em Pernambuco.

PROCESSOS DE RESISTÊNCIA CONSTRUÍDOS NOS DIFERENTES TERRITÓRIOS

O CUIDADO COM A SACRALIDADE DA VIDA A PARTIR DA AGROECOLOGIA

Em enfrentamento à ofensiva do agronegócio, os povos do Xingu relatam que conseguiram retomar alguns dos seus espaços tradicionais, a partir do reflorestamento de parte das terras e da ocupação de outras com o cultivo do pequi, cuja extração do óleo representa uma importante atividade de produção e comércio sustentável. A Associação Terra Indígena Xingu (Atix) tem fortalecido ações nos territórios, a exemplo da produção de mel, que é apontada pelas lideranças como uma produção consolidada e planejada pelos próprios indígenas. A produção livre de agrotóxico lhes rendeu o *Prêmio Equatorial* — importante reconhecimento concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) a iniciativas que trabalham pelo desenvolvimento sustentável ao redor do mundo —, o que, pra eles, comprova que *"É possível produzir sem explorar e degradar o ambiente"*.

O reflorestamento de áreas degradadas, o cultivo do mel e do pequi e, sobretudo, a produção de sementes são apontados como formas de reprodução da cultura dos povos do Xingu que permitem intercâmbios culturais e convívio social entre as etnias, como ocorre com os Kayabi, que trocam as sementes com outras comunidades. De igual modo, o cultivo de lavoura entre Krahó-Kanela, do estado de Tocantins, é apontado como uma forma de fortalecimento dos laços de solidariedade e de troca de saberes por meio de intercâmbios com os demais povos, e a criação coletiva de gado para consumo tem sido uma das atividades alternativas da etnia.

ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FORMA DE FORTALECIMENTO DOS POVOS

Os Makuxi, de Roraima, cuja população é de aproximadamente 46 mil pessoas, citaram que alguns instrumentos de gestão têm contribuído para a efetivação de suas ações, a exemplo do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Atividades como a construção de viveiros de mudas diversas para o reflorestamento e a execução de um plano de enfrentamento climático têm sido executadas pelas/os indígenas, além de ter sido implantada no território Makuxi uma escola técnica em agropecuária para a produção sustentável e de baixo impacto ambiental.

Entre os Apurinã, também são relatados projetos alternativos fortalecidos pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a exemplo da gestão integrada em conjunto com extrativistas, com a execução de planos de monitoramento socioeconômico e atividade agroflorestal por meio dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). Conforme expõe uma liderança, a gestão integrada tem contribuído para a diminuição dos conflitos sociais relacionados ao uso da terra. Os Apurinã têm realizado plantios de sementes e mudas, aperfeiçoando a preservação ambiental, a conservação dos solos e a recuperação de áreas degradadas, o que colabora para intensificar a interconexão existente entre populações indígenas e natureza. *"A cada criança que nasce, plantamos uma arvore."*



PROCESSOS EDUCATIVOS DESCOLONIZADOS

No estado de Mato Grosso do Sul, resistindo a inúmeras violações de direitos, a começar pelo confinamento territorial — cerca de 15 mil indígenas vivem no território de três mil hectares — os **Guarani Nhandeva** e **Kayowá** têm desafiado o ensino nos moldes ocidentais e inserido os saberes vindos da tradição em seus processos educativos.

O professor Caetano Vera Guarani desenvolveu a iniciativa *Práticas educacionais no campo: arranjo produtivo de agricultura na escola*, que estimulou o contato direto das

crianças Guarani com a terra. Foram realizados trabalhos de recuperação agroflorestal e de produção diversificada de hortas, a partir dos saberes indígenas, com destinação de alimentos para a merenda da própria escola.

As práticas de educação escolar indígena estão fundamentadas na Constituição Federal de 1988 (no art. 231, parágrafo 2º), que põe fim à política assimilacionista do Estado e garante legalmente o respeito à forma de organização social, aos costumes, às línguas, às crenças e às tradições e o direito a uma educação específica e diferenciada para os povos indígenas, ao reconhecer o uso de línguas de origem étnica e processos próprios de aprendizagem.

Dentro do território **Sateré-Mawé**, a implantação do curso de Agroecologia foi proposta pelas/os próprias/os indígenas como uma forma de fortalecer a cultura. O manejo direto com a terra, usando de maneira sustentável os recursos oferecidos pelo meio ambiente, valoriza os saberes milenares do povo. O curso técnico em Agroecologia atende de diversas aldeias, e essa interação intercomunidade mantém a rede de sociabilidade entre os povos.

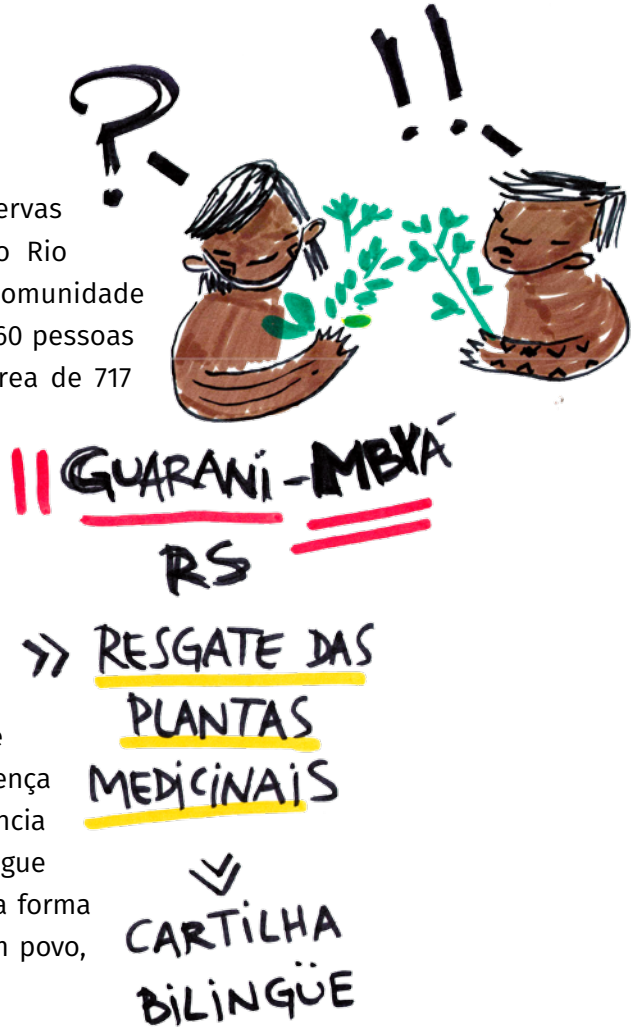


O estado de Mato Grosso do Sul tem uma população de aproximadamente 70 mil indígenas, distribuídos em 8 povos distintos, entre eles os **Terena**, que somam mais de 20 mil pessoas. A região é rica em biodiversidade, privilegiada pela planície alagada conhecida como *região pantaneira*. É nesse espaço que o povo Terena habita, cultivando a agricultura como um potencial de sua cultura, realizada pela Organização Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade (Caianas). Os Terena, por meio da agroecologia, sediaram o primeiro encontro *Agroecoindígena*, em 2017, considerado um avanço na ação em agroecologia junto aos povos indígenas, fortalecendo os saberes tradicionais.

O grupo agrega anciãs/os, jovens, xamãs e mulheres que atuam como agentes socioambientais e culturais conscientes da importância de preservação do meio ambiente e seu entorno. As experiências abrangem recuperação de nascentes que foram degradadas por latifundiários que estavam, até então, em posse de territórios tradicionais Terena. O grupo desafiou o clima regional no cultivo de alho, utilizando insumos orgânicos que

corresponderam às expectativas das/dos produtoras/es. Concomitantemente, outros produtos também foram cultivados, como a cebola, e houve a recuperação de etnovariedades (sementes, tubérculos, entre outros). Os **Kayaná**, por sua vez, tornaram-se guardiões das sementes tradicionais, ou etnovariedades, de seu povo ao resgatarem sementes que estavam em risco de extinção.

PRESERVAÇÃO DE FORMAS DE CULTIVOS, COSTUMES E ESPÉCIES TRADICIONAIS



O cultivo, a valorização, a revitalização e o uso de ervas medicinais são experiências que vêm do estado do Rio Grande do Sul pelo povo **Guarani Mbyá**, habitante na comunidade Toldo – Benjamin Constant do Sul. A população soma 60 pessoas distribuídas em torno de 14 famílias e habita uma área de 717 hectares, sendo 500 hectares de mata virgem, o que possibilita encontrar ervas medicinais, bem como uma rica flora e fauna em conservação.

Essa ação teve como objetivo resgatar o uso dessas plantas, diminuindo a dependência de remediar por meio dos medicamentos químicos, além de possibilitar o resgate do cultivo de diversas espécies e garantir um acervo de ervas. Para concretizar a ação, a comunidade foi motivada a descrever as plantas: nome, tipo de doença que combate, modo de preparo e como usar. A experiência finaliza com registros escritos em forma de cartilha bilíngue guarani/português, tendo em vista que a escrita é uma forma de registrar os saberes repassados na oralidade de um povo, assegurando a memória para as futuras gerações.

Outra experiência relacionada ao resgate dos saberes ancestrais foi trazida pelo povo **Munduruku**, que construiu um mecanismo político, denominado *Protocolo de Consulta Munduruku*, que exige consultar as/os sábias/os, as/os pajés, as/os caciques, as/os professoras/es e as/os profissionais da Saúde, as mulheres, as/os estudantes universitárias/os e suas organizações. *"Há preocupação com legados das mulheres Munduruku, que são agentes sociais que lutam pela preservação do ambiente"*, diz uma liderança, tendo em vista que a terra, para os indígenas, é sagrada, é vida, é terra-mãe que nutre a humanidade.

Já os **Tupi** do estado de São Paulo têm desenvolvido ações de reflorestamento para enfrentar a degradação nas retomadas de territórios. Nesses espaços, eles cultivam a pupunha, árvores frutíferas e o açaí. O trabalho coletivo em mutirão é uma estratégia utilizada pelo povo e atende dois dias semanais; nos demais dias, cada componente segue atendendo o trabalho individual, cuidando de sua roça. A ação atinge também o espaço escolar, produzindo alimentos que são destinados ao aprimoramento da merenda. Os demais produtos dos territórios são comercializados externamente para os mercados. Como povo originário, os **Tupi** mantêm o cuidado com a natureza, monitorando suas águas e suas matas e denunciando explorações feitas por madeireiros.

Os **Kayapó** também têm se organizado no intuito de recuperar o solo degradado. No estado do Pará, essa população indígena encontrou, na prática de roça tradicional, uma estratégia para produzir e recuperar espaços agredidos pelas atividades de exploração, a partir do cultivo do açaí e do cumaru e do reflorestamento das matas.



PROPOSTAS E REIVINDICAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS

Após a apresentação das experiências territoriais e conscientes de seus direitos originários e constitucionais conquistados ao longo de muitas lutas na História, os povos indígenas reivindicaram a garantia de:

- Homologação dos territórios indígenas, que, ao longo de séculos, foram usurpados e saqueados dos seus ancestrais, colocando o povo em confinamento em território insuficiente e impróprio para a reprodução física e cultural, ferindo o bem viver.
- Inserção da prática da agroecologia no currículo escolar, de forma a manter e propagar os saberes milenares dos povos indígenas. Seja no manejo, seja na produção, seja no cuidado e no respeito para com a terra, efetivando, sobretudo, a prática da educação escolar indígena, conforme o art. 231 da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96.
- Fortalecimento do movimento indígena como mecanismo político, por meio de ações conjuntas com aliados da causa e órgãos indigenistas.
- Fortalecimento das práticas tradicionais nos territórios, por meio da valorização das/dos xamãs e da preservação dos saberes, a partir das ervas medicinais, bem como da produção e conservação do acervo.
- Proteção dos territórios já demarcados contra as invasões de madeireiros e grileiros, segurança às lideranças alvos de violência, bem como a devida punição para atos praticados contra indígenas, incluindo os crimes praticados pelo próprio Estado brasileiro durante as reintegrações de posse territorial favoráveis a ruralistas.
- Maior aproximação da Funai, com a promoção de diálogo, implantação e monitoramento de políticas públicas construídas em conjunto com a população indígena, a fim de cumprir seus papéis enquanto órgão indigenista, tendo maior autonomia para direcionar a questão fundiária, gerir recursos e ações que atendam às demandas nos territórios.



- Fortalecimento das retomadas territoriais, entendidas como o processo de reocupação de territórios tradicionais, e o devido cumprimento da Constituição Federal de 1988, que no art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, declara: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”.

- Tendo em vista que a ausência de consulta causa o mal-estar social e gera autodefesa da população, é necessário o fortalecimento de políticas públicas eficazes e construídas em conjunto com as comunidades locais, a exemplo do Protocolo de Consulta Munduruku, com o respaldo da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, art. 6º: “a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; e b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisão em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes”.



- Fortalecimento da cosmologia indígena na prática da agroecologia, compreendendo que os povos indígenas e tradicionais, segundo pesquisas científicas, sempre desenvolveram, ao longo de suas existências, estratégias de manejo da terra, produção e conservação de sementes para subsistência. Os saberes incorporam a visão monista do mundo, de forma que natureza e cultura são aspectos inseparáveis. Crenças, conhecimentos e práticas são fatores que os mantêm interconectados e inseparáveis.

- O *Agroecoindígena 2019*, iniciativa da Organização Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade (Caianas), da Terra Indígena Cachoeirinha, de Miranda (MS), busca expressar uma agroecologia indígena para além dos aspectos ambientais, econômicos e sociais, bem como busca permitir que a sociedade, de maneira geral, conheça *in loco* as experiências sustentáveis realizadas nos territórios indígenas e sua importância para a manutenção da biodiversidade brasileira e do equilíbrio climático. Assim, a proposta é que o *Agroecoindígena 2019* seja o próximo espaço estratégico de reencontro entre os povos indígenas, para continuidade e reflexões das temáticas inerentes à gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas. Nesse processo, de articulação e coordenação do evento, foi considerado imprescindível o apoio da Funai, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

- Contribuição das/os indígenas também diretamente na coordenação e gestão da ANA para a efetivação da representação dos povos originários nessa rede de cunho nacional, contribuindo para a construção conjunta de novas alternativas.

> *"A sociedade não indígena pode aprender muito com os povos indígenas ou as nações originárias que sempre estiveram ligadas com a terra e tudo o que ela implica. A interconectividade entre ser humano e natureza gera uma relação de reciprocidade como combustível para o viver bem. Tudo que há em matéria na natureza contém espiritualidade e, por isso, necessita de absoluta consideração, respeito e cuidado. A exploração causa o desequilíbrio entre o ser humano e o divino, e as consequências se materializam em forma de comportamento nocivo dos fenômenos da natureza, gerando danos não somente à população indígena, mas ao planeta. Nessa cosmovisão, o ser humano não se entende desconectado da natureza, e sim que necessita dela para o bem viver. Natureza, cultura e produção são, sobretudo, aspectos inseparáveis que permitem a construção de saberes. É nesse sentido que nós, povos indígenas, afirmamos que é preciso fortalecer e resgatar a rica espiritualidade dos povos ancestrais e sua inter-relação com a natureza em nossos territórios imemorialmente agroecológicos."*

MATERIAIS DE REFERÊNCIA:

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Plenárias Indígena e Quilombola no IV ENA. *YouTube*, 6 jun. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pz_SvfnNknE.
- SÁ, Eduardo. Povos indígenas demarcam território no IV ENA. *Articulação Nacional de Agroecologia*, 3 jun. 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/2018/06/03/povos-indigenas-demarcam-territorio-no-iv-ena.

MOBILIZAR E ORGANIZAR

























Plenária

INDÍGENA

XINGU



- 2.8 MILHÕES HECTARES
- 16 ETNIAS
- LUTANDO PARA MANTER A CULTURA VIVA
- ACESSANDO MERCADOS EXTERNOS COM PRODUÇÃO DE ÓLEO DE PEQUI

- CERCADOS POR AGRONEGÓCIO
- MT É CAMPEÃO DE DESMATAMENTO

BOCA DO ACRE



- PGTAs COM PARCERIA E DIÁLOGO ENTRE INDÍGENAS + EXTRATIVISTAS + FUNAI + ICMBio

MENOS CONFLITOS

O MONITORAMENTO É NOSSO!

AMAZONAS



- CURSO DE AGROECOLOGIA
- PRODUÇÃO DE MEREN NA PRÓPRIA ROÇA

PRIMEIRA FEIRA DE ETNOVARIEDADES

SEMINÁRIO DE AGROFLORESTA



RORAIMA

- PROJETOS, PLANOS e SONHOS:
  - REFLORESTAMENTO
  - CAFÉ AGROFLORESTAL
  - CASA DE FARINHA
  - BENEFICIAMENTO DE CASTANHA
  - CRIAÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA



APP DE MONITORAMENTO AMBIENTAL





- EXTRAÇÃO DE MINÉRIO CAUSA IMPACTOS PARA POVO YANOMAMI

MATA ALAGADA



- 31 MIL HECTARES ORIGINALMENTE SOMENTE 7 MIL DEMARCADOS EM 2007
- MONOCULTURA DE SOJA, ARROZ E MELANCIA EXPULSA ANIMAIS QUE COME A ROÇA DA ALDEIA
- VIGILÂNCIA EM TODO O TERRENO, FISCALIZANDO OS FAZENDEIROS, P/ EXTRAÇÃO DE REMÉDIO E INSUMO PARA ARTESANATO



GUARANI-MBYÁ RS

- RESGATE DAS PLANTAS MEDICINAIS
  - CARTILHA BILÍNGÜE



PARÁ - MÉDIO TAPAJ

- TODOS DEVEM SER C ANTES DE TUDO, E TERRITÓRIO


IV ENA
02·JUNHO·18
EU SOU PROTAGONISTA
ÍNDIO DEFENDE TERRA COMO MÃE PROTEGE FILHO
"AULA NO CAMPO É MELHOR QUE DENTRO DE SALA FECHADA..."
TEM GRINGO DE OLHO NA TERRA PRETA DE ÍNDIO
CACHOEIRINHA MS
PRIMEIRO ENCONTRO DE XAMÃS
ECOINDÍGENA 2016
PRIMEIRO ENCONTRO DE AGRICULTORES INDÍGENAS
VENHAM EM 2019!!
ANCIÃO e JUVENTUDE DECIDEM OS RUMOS JUNTOS
AGROECOLOGIA É DEMOCRACIA SEM DEMARCAÇÃO NÃO DÁ!
CRIAM NOMES NOVOS E DIFÍCEIS PARA O QUE O INDÍGENA JÁ VIVE E FAZ TRADICIONALMENTE
SEM CONTAR COM O ASPECTO ESPIRITUAL DOS SERES DA FLORESTA
"NÓS PRESERVAMOS PARA O PLANETA INTEIRO"
"NOSSA POLÍTICA É NOSSO RIO LIMPO"
NÃO QUEREMOS A FERROGRÃO!
ONSULTADOS
M NOSSO
KAXIXÓ MINAS GERAIS
GUERREIRA DA TRADIÇÃO FITOTERAPEUTA PROTEGE SUAS ERVAS MEDICINAIS
Além de AGROECOLOGIA, PRECISAMOS FALAR DE SAÚDE, NUTRIÇÃO, EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO TERRITORIAL e AUTONOMIA DE CONHECIMENTO COM PARCERIAS, FERRAMENTAS e POLÍTICAS PÚBLICAS



"A agroecologia está presente na nossa ancestralidade, na nossa cultura. A gente só pode e só vai sobreviver se a gente enfrentar essa injustiça racial, essa injustiça do capital. Os quilombos precisam ter o que são seus por direito, pois, sem terra, sem espaço para produzir e vender nossos produtos, sem a garantia de que nossos filhos possam estudar dentro de uma escola que consiga respeitar esse conhecimento, não vai existir agroecologia."

Ângela Maria da Silva Gomes,
Movimento Negro Unificado (MNU) de Belo Horizonte (MG)

"Eh, meu pai quilombo, eu também sou quilombola.
A minha luta é todo dia e toda hora.
Eh, meu pai quilombo, dizem que Zumbi morreu.
Zumbi está vivo a quem luta como eu.
Quilombos são negros numa grande união,
lutando com força contra a discriminação.
Eh, meu pai quilombo, eu também sou quilombola.
A minha luta é todo dia e toda hora."

Comunidades quilombolas das diferentes regiões do Brasil enriqueceram o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) com sua presença marcante e viva. Encarando os desafios de mobilizar territórios afastados das rotas das caravanas regionais, os quais foram acentuados pela greve das/os caminhoneiras/os, as/os quilombolas aproveitaram, além das possibilidades presenciais nas comunidades, as oportunidades de articulação via internet por meio de redes sociais, dialogando em um grupo nacional que permanece participativo após o Encontro.

Nas suas bagagens, as/os quilombolas e os demais povos negros presentes no IV ENA levaram a beleza do acervo cultural dos seus territórios: jongo, congado, maracatu, candombe, folias, batuques, dança de caboclo, marinheiro, marujada, cavalo-marinho; manifestações culturais diversas e repletas de sentido que dão vida à resistência africana em forma de canto. (En)cantos sobre a natureza e o território que são lamento e clamor diante das violações de direitos, mas também anúncios da esperança em permanecer

na terra, de demarcação do espírito de luta. Com essa presença ritmada e expressiva, as/os quilombolas vieram destacar que sem tradição não há agroecologia, que cultivar e cultuar fazem parte de uma mesma prática.

Logo na abertura do IV ENA, a força da ancestralidade manifestada pelos povos quilombolas, pelos povos de terreiro e pelos povos indígenas já anunciava a importância que a cultura e a espiritualidade teriam ao longo de todo o Encontro, bem como o sentimento de irmandade entre os povos tradicionais, destacando a emergência de unidade para avançar na efetivação dos seus direitos, uma vez que as dificuldades e os enfrentamentos por não ter a posse da terra são compartilhados. O "abraço entre os povos", que selou a leitura da Carta Política das/os indígenas, representou simbolicamente esse espírito de união construído ao longo de todo o IV ENA.

Além da incidência das/os quilombolas rurais e urbanas/os em discussões gerais do Encontro e dos outros espaços que enfocaram suas realidades específicas, a Plenária Quilombola se constituiu como um momento marcante de discussão nacional, que fez ecoar o grito dos quilombos do Brasil por justiça e liberdade.

Direcionados pelos acúmulos dos encontros regionais de agroecologia, pelos seus processos auto-organizados presenciais e virtuais e por 2 reuniões preparatórias ao longo



do IV ENA, povos negros de 14 estados brasileiros construíram a Plenária Quilombola, na manhã do dia 2 de junho de 2018, em torno das perguntas geradoras: "O que queremos como modelo agroecológico nos territórios quilombolas?" e "Quais são as ameaças, os avanços, as perspectivas e as potencialidades da agroecologia nos territórios quilombolas?".

Composta por 73 participantes, 38 mulheres e 35 homens, a Plenária Quilombola foi iniciada ao som dos tambores com o jongo e as falas de Nilce de Pontes, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), e de Jesus Rosário Araújo, presidente da Federação das Comunidades Quilombolas do estado de Minas Gerais (N'Golo), que apresentaram a dinâmica das discussões, convidando as/os presentes a partilharem suas experiências territoriais.

CLAMORES DIANTE DAS EXPRESSÕES DE INJUSTIÇA NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

"Sem território, não há agroecologia
nem garantia da segurança alimentar!"

Foram denunciadas, pelos povos presentes, as várias formas de violência que os atingem — tendo em vista o racismo estrutural que persiste no Brasil e faz com que quilombolas e negras/os sejam desconsideradas/os enquanto sujeitos plenos de direitos — e os avanços dos projetos do capital sobre os territórios, em meio ao conturbado contexto político do país.

A riqueza das tradições de matriz africana e os modos de produção dos quilombos, que atestam as raízes negras da agroecologia, estão sob constantes ameaças, diante de diferentes expressões de injustiça, a exemplo:

- **Da falta de compromisso do Governo brasileiro para com os povos, demonstrada pela morosidade na demarcação e titulação dos territórios e comunidades e pela flexibilização das leis ambientais**, contribuindo para o avanço do agronegócio e dos grandes empreendimentos sobre os territórios e para a expulsão dos povos de suas comunidades tradicionais.
- **Da sobreposição dos territórios** com Unidades de Conservação, áreas concedidas a mineradoras, barragens, empresas de energia eólica, agronegócio, construção civil, entre outros grandes empreendimentos nos territórios

quilombolas, que se configuram como desafios que afetam e fragilizam diretamente as lutas pela demarcação e desrespeitam os modos de vida e produção das comunidades.

- **Dos inúmeros impactos econômicos, sociais e ambientais gerados por empresas** que enfraquecem a agricultura familiar, prejudicam a produção agrícola e a biodiversidade em geral e geram inúmeros outros prejuízos aos modos de vida das populações, suas crenças, seus territórios sagrados e seus conhecimentos tradicionais.

- **Do sucateamento e enfraquecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de demais órgãos responsáveis pela regularização fundiária** no governo Temer e a consequente falta de recursos e de qualificação técnica para atender às comunidades, além de práticas dignas de repúdio, como a redução de 80% do território da comunidade de Mesquita, localizada no estado de Goiás, que burla a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto federal nº 4.887/2003.



- **Da fragilização da Educação Quilombola** na atual conjuntura política, com a resultante desvalorização e desconsideração dos saberes, modos de fazer e de se relacionar com o território, tendo em vista, por exemplo, a diminuição da bolsa-permanência e a carência no apoio educacional na formação da juventude das comunidades quilombolas.
- **Do significativo aumento das ameaças e dos assassinatos de lideranças** quilombolas e da falta de mapeamento e intervenção estatal perante os conflitos existentes em todo o Brasil.
- **Da apropriação dos saberes** quilombolas pelas indústrias farmacêuticas, com o patenteamento da biodiversidade de usos tradicionais.
- **Dos retrocessos legais**, a exemplo da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela investimentos para as políticas sociais; da tentativa de derrubada do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o art. 68 da Constituição Federal; e da pouca garantia da legislação vigente, que enfraquece a demarcação por parte das autoridades, a exemplo da Instrução Normativa nº 57 do Incra.

> *"Em Minas Gerais, existem cerca de 800 comunidades reconhecidas, apenas uma titulada, localizada no Vale do Jequitinhonha, e, mesmo assim, esta comunidade foi realocada para a construção de uma hidrelétrica. Desse modo, a gente não considera o título. Aqui, a gente enfrenta vários conflitos. A disputa pelos territórios é imensa. São vários empreendimentos, entre eles as monoculturas da cana, grãos, eucalipto, a criação de gado, as barragens, a mineração. A gente tem também a expansão imobiliária, que afeta as comunidades próximas das cidades. Parte das comunidades de Minas Gerais está localizada em áreas urbanas e possui diversos conflitos. A gente tem discutido a questão dos quilombos urbanos, principalmente de estar inserindo estas comunidades nos Planos Diretores dos municípios. Outra questão grave é o imenso fechamento de escolas em comunidades quilombolas, e isso traz vários outros problemas, principalmente a desistência escolar da juventude, aumentando o êxodo rural. Também nesse contexto está o aumento da violência e o extermínio da juventude negra.*
>
> Jesus Rosário, presidente da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo)

MAPA DAS EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS DURANTE A PLENÁRIA QUILOMBOLA - ANÚNCIOS E DENÚNCIAS



DENÚNCIAS E AMEAÇAS ENVOLVENDO COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARTILHADAS NO IV ENA

LOCAL DE ORIGEM	DENÚNCIAS/AMEAÇAS
QUILOMBO IVAPORUNDUVA, ELDORADO (SP)	O Vale do Ribeira sofre muito com a falta de demarcação de território, principalmente pela ausência de comprometimento do Estado em regularizar a situação fundiária, não efetivando as políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas. A situação em relação aos órgãos ambientais é delicada, devido à sobreposição das Unidades de Conservação nos territórios, o que preocupa as comunidades quilombolas na região. Existem muitas propostas de construção de barragens, que solicitam licenciamento em toda a bacia do Rio Ribeira. Antigamente, as solicitações de licenciamentos eram para instalações de Usinas Hidrelétricas (UHEs), e, atualmente, a estratégia das grandes empresas de geração de energia é pleitear a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a fim de conseguir atender seus objetivos. O Rio Ribeira e a região têm aproximadamente 15 propostas para instalações de PCHs. Os impactos desse tipo de empreendimento nos territórios quilombolas ferem diretamente as comunidades que estão às margens desse rio, pois as formas de produção agrícola e vivências locais (socioeconômicas) são ligadas diretamente a ele. A mineração também é um problema em algumas comunidades. *"A insegurança de não ter o território titulado fragiliza a luta por não ter autonomia do território. O governo vê as comunidades de um modo negativo, oprimindo-as e expulsando as pessoas do local. Como tem um grande potencial ambiental, o interesse tanto do governo quanto de grandes empresas é grande para a exploração e a intervenção econômica."*
BAHIA	Em uma região do estado, 303 comunidades quilombolas estão com processos para a regularização fundiária no Incra, entretanto apenas 34 estão com o processo concluído. Dado isso, como discutir agroecologia sem definição/delimitação do território? O enfraquecimento do Incra no governo Temer contribui ainda mais para a demora nas regularizações.

LOCAL DE ORIGEM	DENÚNCIAS/AMEAÇAS
ESPÍRITO SANTO	São aproximadamente seis mil comunidades quilombolas no Brasil. No Espírito Santo, são mais de 100 comunidades quilombolas, sendo apenas 40 com certificado da Fundação Cultural Palmares (FCP). Os territórios são impactados pelas grandes empresas, afetando a agricultura familiar, prejudicando a produção agrícola e a qualidade da água para a sobrevivência das comunidades. Conceição da Barra, por exemplo, tem 75% das áreas agricultáveis sendo ocupadas pelo plantio de eucalipto e é um dos municípios de menor renda *per capita* do estado do Espírito Santo. As empresas não oferecem nenhum retorno econômico e/ou social para as comunidades. O facho (sobra de material que as empresas não utilizam) é usado para fazer carvão, prejudicando profundamente a saúde e a qualidade de vida das pessoas, e, na maioria da vezes, torna-se fonte de renda das famílias quilombolas.
COMUNIDADE PORTO DE AREIA (SE)	O avanço das empreiteiras e da construção civil tem elevado a especulação imobiliária dentro dos territórios quilombolas sem nenhuma consulta prévia às comunidades. Não existe licenciamento ambiental para a implementação desses empreendimentos, o que, consequentemente, impacta negativamente as comunidades. Em uma comunidade, pretende-se ocupar uma fazenda que é considerada sagrada, onde fica localizado o santuário que abriga as pedras dos caboclos e onde a comunidade faz suas oferendas; além de ser um sítio arqueológico identificado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é também onde há a fonte-reservatório de água. O Rio São Francisco, de água doce, está ficando salgado devido aos impactos ambientais, principalmente com o desmatamento na região, deixando algumas comunidades com falta de abastecimento de água para consumo.

LOCAL DE ORIGEM	DENÚNCIAS/AMEAÇAS
PIAUÍ	É questionável a situação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e nem todas as comunidades do estado se cadastraram devido à falta de definição da área considerada território quilombola. O Piauí está se tornando “a menina dos olhos” para grandes empreendimentos, como empresas de energia eólica. As comunidades que habitam a região de implantação sofrem diretamente com o impacto. Quando as torres estiverem instaladas, o proprietário das terras perde o acesso ao local, que poderia ser espaço para a produção agrícola. As empresas já estão chegando e destruindo patrimônios. A Odebrecht, empresa que atuou em uma região do estado, deixou grandes impactos ambientais e sociais, como a destruição ambiental e a prostituição. As comunidades não foram consultadas antes de a empresa se instalar no território. A dificuldade das pessoas de participarem de espaços de discussão provoca a falta de informação sobre os impactos negativos, e elas acabam cedendo às promessas de geração de renda feitas por essas empresas, o que enfraquece a luta pelos territórios.
CAMAMU (BA)	A comunidade é formada por 35 famílias, que sofrem com especulações de empresas que fazem pesquisas na região para a exploração do território. A falta de comunicação entre as comunidades quilombolas da região contribuiu para a entrada dessas empresas no território, como aconteceu na localidade.
BARRA DO TURVO, VALE DO RIBEIRA (SP)	Deve ser mantido o protagonismo das mulheres na garantia da segurança alimentar das famílias quilombolas e na resistência à implementação de meios de produção que não condizem com os modos tradicionais de plantio e no manejo quilombola. Ameaça imposta pelo agronegócio que se reflete na perda territorial. Contaminação indireta por agrotóxico.

LOCAL DE ORIGEM	DENÚNCIAS/AMEAÇAS
TOCANTINS	A implementação das Políticas Quilombolas no âmbito nacional não está caminhando. Não existe nenhuma comunidade quilombola regularizada no estado, e os recursos disponíveis para o Incra, com o objetivo de atender às comunidades, diminuíram drasticamente. As ameaças de invasão dos territórios por fazendeiros e empresários são constantes na região. Ainda existe uma grande dificuldade na produção local devido aos conflitos agrários, causados pela falta de reconhecimento dos territórios. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) também é uma questão bastante polêmica. As informações não são suficientes para a realização do cadastro.
PARATY (RJ)	As comunidades remanescentes de quilombos têm sido diretamente impactadas, tendo em vista que seus territórios estão localizados em áreas de interesse para diversos empreendimentos, quer sejam voltados ao turismo, à pesquisa, à exploração ambiental, quer sejam voltados à implementação de parques, entre outros. No caso da região onde se localiza o Quilombo Campinho da Independência, a Serra da Bocaina tem sido uma área de intensa especulação pelas grandes mídias; pelas empresas de agronegócio, por causa do território do pré-sal; pelas imobiliárias; pelo turismo convencional; e para o plantio de eucalipto. Consequentemente, as comunidades quilombolas têm perdido parte de seus territórios históricos e pleiteiam, junto aos órgãos responsáveis, o processo de regularização fundiária.

LOCAL DE ORIGEM	DENÚNCIAS/AMEAÇAS
COMUNIDADE PICADINHA (MS)	O principal conflito enfrentado pelas comunidades na região relaciona-se ao impacto provocado pelo uso do agrotóxico na produção de soja, cana e milho. As áreas quilombolas — incluindo a hidrografia e a produção local — são contaminadas pelo uso de agrotóxicos despejados de avião. Por ser uma área muito produtiva e os territórios quilombolas serem preservados — enquanto estratégia de ocupação pelos ancestrais (terras ricas e produtivas) —, a especulação e a consequente perda territorial levam a um conflito que merece maior atenção. Contudo, o apoio político ao agronegócio tem ido na contramão das políticas voltadas às comunidades quilombolas, sobretudo no não avanço da titulação territorial, dada a falta de interesse político.
SÃO LUIZ GONZAGA (MA)	É necessário que as/os quilombolas se apropriem do Decreto nº 6.040, que estabelece a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, a fim de garantir o direito já instituído. É necessário que as comunidades valorizem a diversidade e não se enquadrem em aspectos que as tipificam e delimitam como quilombola. A liderança, por exemplo, diz da sua construção identitária múltipla, enquanto mulher, mulher negra, matriarca, do movimento, agricultora, pescadora, quebradeira de coco, defensora da mata e da sua preservação. Foi apontada também a falta de qualificação por parte de alguns técnicos do Incra para trabalharem com os povos e as comunidades tradicionais, o que exige uma didática diferenciada.
RIO GRANDE DO SUL	O Rio Grande do Sul possui comunidades quilombolas identificadas, mas que ainda são pouco atuantes junto ao movimento quilombola. Necessidade de fazer uma formação com as/os jovens das comunidades focada na mobilização política e no fortalecimento local.

LOCAL DE ORIGEM	DENÚNCIAS/AMEAÇAS
COMUNIDADE SÃO TOMÉ (BA)	A partir da década de 1980, muitas barragens foram construídas ao longo do São Francisco, o que impactou de forma expressiva a relação das comunidades com o rio, do qual muitas delas tiram seu sustento. Supõe-se que a implantação desses empreendimentos tenha sido intencional, a fim de forçar a migração das comunidades quilombolas daquela região, que é bastante disputada por suas riquezas ambientais. Falta organização territorial e governança das águas por parte das comunidades. Há avanço da produção de energia eólica nas regiões dos topos de morro, áreas de recarga do Rio São Francisco. Efetivação do protocolo de consulta prévia enquanto demanda emergencial, uma vez que tem sido ferido pela implementação de empreendimentos, inclusive nos espaços/conselhos em que as/os quilombolas estão representadas/os.
SAPEZEIRO (NORTE DO ESPÍRITO SANTO)	O movimento quilombola foi instituído em 2004, no Espírito Santo. Há a necessidade de: - Afinar os discursos e as ações desenvolvidas pelas/os quilombolas. - Fazer demarcação do território quilombola, reflorestamento e fortalecimento das bases junto às comunidades e retomar o território tradicional enquanto estratégia de resistência. - Defender os direitos dos rios e o acesso à água. - Valorizar os saberes ancestrais (memória) no processo de reconhecimento do território historicamente ocupado.

LOCAL DE ORIGEM	DENÚNCIAS/AMEAÇAS
CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA (RJ)	A comunidade luta pela retomada da escola quilombola no território, o que tem sido constantemente demandado junto à Prefeitura Municipal. Houve sucateamento das escolas quando se tornaram públicas, aprofundando a exclusão das/os negras/os e quilombolas da educação de qualidade. Há também a apropriação da educação tradicional reproduzida há gerações nos quilombos por pesquisadoras/es e pela educação formal. Existência do racismo institucional por parte da gestão pública local, composta exclusivamente por brancas/os, que não tem atendido às reivindicações das/os quilombolas. Ausência e não aprovação de políticas municipais que beneficiam as/os quilombolas enquanto estratégia de permanência e supremacia branca nos espaços de poder, principalmente na gestão pública local. Educação Escolar Quilombola enquanto principal bandeira de luta, pela necessidade de formar as/os quilombolas numa perspectiva que valorize e considere os saberes e os modos de fazer e de se relacionar desenvolvidos no território. Necessidade de resistir ao processo de apropriação dos saberes quilombolas, de modo a romper com a lógica excludente de colonização.
PERNAMBUCO	O estado de Pernambuco possui apenas 1 comunidade com processo adiantado de regularização fundiária e 11 com processo aberto junto ao Incra. Necessidade de construir repertório das/os quilombolas relacionado aos valores, às estratégias, às formas de intervenção, à participação das/os quilombolas no processo de efetivação das políticas públicas mediante atuação unificada; e de fortalecimento das/os quilombolas pelas/os próprias/os quilombolas, por meio de confluência dos movimentos, tendo por prerrogativa a valorização das/os parceiras/os.

LOCAL DE ORIGEM	DENÚNCIAS/AMEAÇAS
PARAÍBA	Há ameaças contra lideranças quilombolas e a necessidade de mapeamento dos conflitos e assassinatos de lideranças quilombolas de todo o Brasil, uma vez que o movimento já identifica um significativo aumento, mas não há entidade que acolha essas denúncias. Diminuição dos recursos do Incra para a titulação dos territórios quilombolas e dos demais programas. Na Paraíba, somente 2 territórios são titulados, o que gera diversos outros impactos nas comunidades, principalmente no que tange à produtividade e à geração de renda oriunda da agroecologia. Avanço da especulação imobiliária, que chega aos territórios quilombolas.
COMUNIDADE INDAÍA, ANTÔNIO DIAS (MG)	Território enquanto espaço-síntese de todas as relações e formas de se fazer das/os quilombolas. Portanto, sem a autodemarcação, não haverá manutenção da tradicionalidade quilombola, o que se torna uma importante demanda de autogestão e de reafirmação da necessidade do reconhecimento desses grupos pelo Estado, mediante a regularização do território. Sentimento de exclusão e de não identificação das políticas voltadas às/aos quilombolas. Necessidade de o processo de titulação partir de dentro para fora, por meio da autodemarcação, enquanto importante demonstração da força quilombola e da ruptura com a subordinação ao Estado, que tem violado esses direitos.
VIANA (CE)	Soberania dos terreiros, tanto os sagrados quanto os de produção agroecológica, que garantem a soberania alimentar dos terreiros, imprescindível à manutenção e ao fortalecimento da organização sociocultural dos quilombos. Autogestão e produção sustentável das plantas que são utilizadas nos rituais de religiões de matriz africana e daquelas voltadas à medicina tradicional, compreendida enquanto uma prática agroecológica.

EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA E PROPOSIÇÕES DOS POVOS QUILOMBOLAS

"Agroecologia somos nós, quilombolas. O conhecimento veio de nós. Este é o nosso saber!"

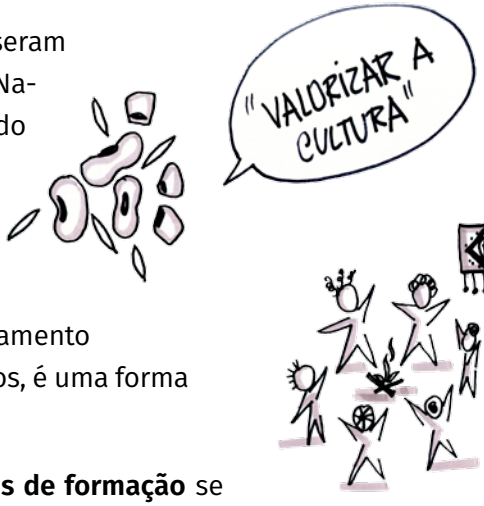
Apesar dos conflitos e das perdas territoriais, a agroecologia resiste nos territórios quilombolas, afirmando a força da organização das comunidades, lideradas, sobretudo, pelas mulheres, e a sacralidade das suas terras. Com essa firmeza, a Plenária Quilombola veio recordar que *"Não é possível falar em agroecologia sem considerar as/os indígenas e quilombolas"* — destacando a necessidade de maior reconhecimento do protagonismo e pioneirismo desses povos na construção da agroecologia como prática cultural ancestral e produtiva —, além da urgência de se romper com lógicas excludentes e colonizadoras que desconsideram os seus saberes. É preciso lembrar que, antes de a ciência acadêmica chegar e sem ter ouvido falar de agroecologia, o povo já sobrevivia nos territórios, plantando e colhendo sem veneno.

"Agroecologia *é um nome que eu comecei a ouvir falar direto no dia a dia, uns 5 anos atrás, e comecei a ver nos livros, porque era uma coisa que a gente aprendeu com os nossos antepassados, nos momentos de escolher e de guardar a semente, plantar sem veneno... Tudo ser de qualidade, pra ter qualidade de vida. A minha avó já fazia isso que hoje tem o nome científico de* agroecologia", reflete Dona Dijé, posicionando-se de forma crítica ao modo "inédito" e "inovador" como o termo *agroecologia* tem sido apresentado por algumas instituições e pesquisadores, desconsiderando o pioneirismo das comunidades quilombolas na produção agroecológica.

As/os quilombolas compreendem a agroecologia como modo de vida, de bem viver e de garantir a segurança alimentar e nutricional de suas famílias; um "patrimônio" que perpassa a produção de alimentos saudáveis e o direito à educação, à saúde, à terra e ao território. Enfatizam a urgência de se fortalecer a defesa das terras como uma condição para a sobrevivência dos quilombos e da agroecologia, já que *"sem território, não há agroecologia"*.

Nesse sentido, os povos presentes no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) alertaram para a necessidade de as comunidades conhecerem e acessarem políticas, programas e normativas que as auxiliem na proteção dos seus territórios. Recomendaram, por exemplo, que a **Convenção nº 169 da OIT** deve ser apropriada como instrumento de enfrentamento à violação dos seus direitos e de resistência aos grandes empreendimen-

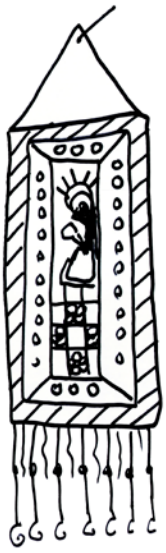
tos e projetos e seus impactos. Do mesmo modo, propuseram que o **Decreto nº 6.040/2007**, que estabelece a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, seja divulgado e utilizado como auxílio para a efetivação de direitos já instituídos. Lembrando também que o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (**Sipra**), que antes representava apenas os sem-terra, agora também contempla as comunidades quilombolas. O cadastramento junto ao Incra, para o acesso ao crédito e a outros benefícios, é uma forma de fortalecer as famílias em seus territórios.



As/os quilombolas também sinalizaram que os **processos de formação** se constituem como formas de resistência que devem ser ampliadas. Foram propostas a realização de atividades formativas voltadas para as juventudes quilombolas, bem como o estímulo à participação de jovens nos espaços de formação, mobilização política e manifestações culturais das comunidades, buscando a ampliação do sentimento de pertencimento quilombola entre as/os jovens e a inserção das juventudes nos espaços de liderança e de decisão das comunidades.



As/os presentes também propuseram **seminários** para discutir temas específicos importantes para as comunidades, a exemplo do Cadastro Ambiental Rural (CAR), avaliando que **encontros** como a Plenária Quilombola contribuem para a troca de experiências e informações e devem ser incentivados, a fim de potencializar os aprendizados territoriais.



"Nosso principal desafio hoje é a titulação dos territórios e a apropriação desses espaços como área de sobrevivência e sustentabilidade e também o avanço no campo político, para garantir a soberania dos territórios. E essa plenária foi uma forma de fortalecer a voz das comunidades dentro desse campo agroecológico, no qual a gente não se reconhecia, e hoje a gente passa a ter um pouco mais de apropriação, como sujeitos de direito. Essa plenária, pra nós, foi muito importante, pois conseguimos debater vários assuntos e levantar várias questões pertinentes às comunidades e percebemos que agroecologia e território são duas coisas que caminham juntas na nossa luta e na nossa identidade."

Nilce de Pontes Pereira, da comunidade quilombola Ribeirão Grande/Terra Seca, município de Barra do Turvo (SP)

Buscando revigorar a agroecologia nos territórios quilombolas, foram propostas ainda: a realização de parcerias entre as comunidades; o incentivo ao aumento da produção agroecológica e à valorização dos trabalhos; e o mapeamento das áreas de produção agrícola nos quilombos, com o objetivo de fazer uma melhor gestão do território e fortalecer a produção de alimentos sem agrotóxico. Além disso, foi apontada a necessidade de incentivar o turismo de base comunitária nos territórios enquanto estratégia de fortalecimento territorial, de visibilidade da temática quilombola e de geração sustentável de renda.

Diante das dificuldades enfrentadas nos territórios, os povos presentes tiveram o cuidado de reservar um momento de diálogo com candidatas/os quilombolas e negras/os que concorreram às eleições de 2018, compreendendo a urgência de eleger representantes sensíveis às suas realidades. Com lamentos africanos, cantos e com o axé das/os quilombolas presentes, foi reafirmada a importância de as pautas políticas serem encaradas como elemento de luta, já que foram por muito tempo vistas como *"espaços dos outros, e não os nossos"*, e que não cabe mais deixar pros outros fazerem, que é urgente ocupar os espaços de decisão. Com um grande abraço e sendo referendadas/os pelos tambores, as/os candidatas/os foram carinhosamente acolhidas/os, selando o compromisso político com os quilombos e suas pautas.



SÍNTESE DA PLENÁRIA

O Brasil fez 130 anos de Abolição em 2018 e não conseguiu reparar a dívida com os povos quilombolas e com as/os negras/os escravizadas/os, do ponto de vista político e de direitos. As tradições de matriz africana e os modos de produção assentados nos quilombos demarcam que a agroecologia tem raízes nos saberes das mulheres e dos homens africanas/os assentadas/os no Brasil. Contudo, são territórios que estão sob permanentes ameaças: sobreposição das Unidades de Conservação em áreas quilombolas; desmatamento; sobreposição das áreas de mineração, com empresas invadindo e matando quilombolas; indústrias farmacêuticas pesquisando saberes quilombolas e patenteando a biodiversidade de usos tradicionais; empresas do agronegócio implantando monoculturas, contaminando territórios tradicionais com agrotóxicos; e aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela investimentos para as políticas sociais.

Reconhecemos que a agroecologia é uma prática cultural ancestral e produtiva dos quilombos e que é preciso defender seus territórios como modo de vida e de bem viver, pois, sem a terra, o quilombo não sobreviverá. Resistimos e lutamos pela garantia da

vida de nossas lideranças, ameaçadas e assassinadas cotidianamente, e pelo respeito ao nosso sagrado. Nossas comunidades quilombolas têm a agroecologia como patrimônio que vai desde a produção de alimentos saudáveis à qualidade de vida, ao direito à educação, à saúde, à terra e ao território.

MATERIAIS DE INSPIRAÇÃO:

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Plenárias Indígena e Quilombola no IV ENA. *YouTube*, 6 jun. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pz_SvfnNknE.
- ENTREVISTA com Sebastião Farinhada.
- VILAS BOAS, Juliano. Plenária das Comunidades quilombolas: sem terra e território não há agroecologia. *Articulação Nacional de Agroecologia*, 3 jun. 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/2018/06/03/plenaria-das-comunidades-quilombolas-sem-terra-e-territorio-nao-ha-agroecologia.








IVENA





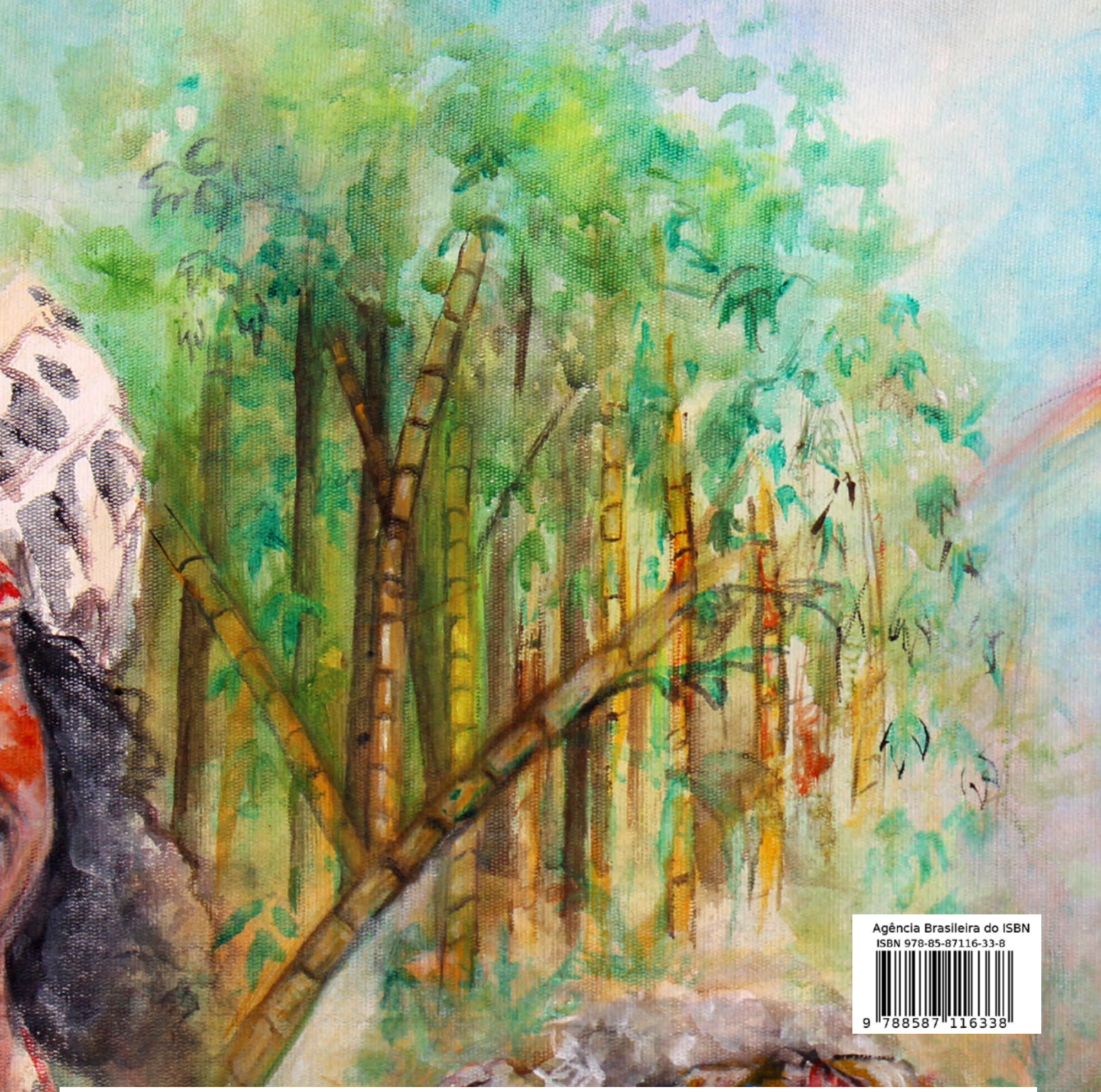

CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO SÃO FRANCISCO






PLENÁRIA QUILOMBOLA
Avanços
Amea
O que queremos como mu
• SIPRA (SISTEMA INTEGRADO DE POLÍTICAS DA REFORMA AGRÁRIA)
• "AGROECOLOGIA SOMOS NÓS QUILOMBOLAS"
• "APROPRIAMENTO" DAS EXPERIÊNCIAS EM ENCONTROS COMO O "ENA".
• TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
• CNPCT
• MOVIMENTO FEMININO
"AGROECOLOGIA É O QUE NOSSOS ANCESTRAIS FIZERAM UM DIA"
• COMUNIDADES TRADICIONAIS ESTÃO CONSTRUINDO A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA
• BARRAGENS HIDROELÉTRICAS
• OPRESSÃO LEGISLATIVA - PRE
• MINERAÇÃO - DESMATAME
• OCUPAÇÃO DA ÁREA C/ EUCA
• INSEGURANÇA NA REGULA DO TERRITÓRIO - SUCATEA
• POLUIÇÃO DOS RIOS
• ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
• PRECISAMOS TER VOZ
• FALSAS SOLUÇÕES
• AGROTÓXICOS
• PATENTIAMENTO DOS
• DIFICULDADES DE ACES
• AMEAÇA DAS LIDERA
"Agronomia é uma ciência africana"
"NÃO VAMOS FICAR DENTRO DA CAIXA"
ÊXODO RURAL
POTENCIALIDADE
AMEAÇAS
COORDENA


Perspectivas
TERRITÓRIOS
odelo agroecológico nos nossos
NERGIA EÓLICA
ECONCEITO
TO INSTITUCIONAL
LIPTO
MENTAÇÃO
MENTO DO INCRA
SABERES CRIOULOS
SSO AOS RIOS
NÇAS
ÇÃO
• REPRESENTAÇÃO DOS QUILOMBOLAS NA POLÍTICA
• PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA
• PARCERIAS COM OUTRAS COMUNIDADES
• TÉCNICAS DE MANEJO QUILOMBOLA
• MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO
• SEMENTES CRIOULAS
• ORGANIZAR AS LUTAS
• LUTA CONTRA INVISILIDADE
"VALORIZAR A CULTURA"
• CONSTRUÇÃO DE PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS
• VIVENCIAR A CULTURA AFRICANA
• RETOMADA DO MOVIMENTO "VOLTAR À TERRA"
• ESCOLA QUILOMBOLA - SOBERANIA ALIMENTAR
• REDE DE PROTEÇÃO DAS LIDERANÇAS
MOVIMENTO
CONDUÇÃO
EMPODERAMENTO POLÍTICO
APROPRIAÇÃO CULTURAL
IV ENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-87116-33-8
9 788587 116338

REALIZAÇÃO

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

PATROCÍNIO

BDMG
CEMIG
MINAS GERAIS
BNDES
BRASIL

LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA
CA 0776/001/2017

APOIO

actionaid
FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO
SEMEAR INTERNACIONAL
FIDA
IICA
terre des hommes suisse
terre des hommes schweiz
DGM
CESE
ccfd-terre solidaire
PREFEITURA BELO HORIZONTE
GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA
Brot für die Welt
HEKS EPER
HEINRICH BÖLL STIFTUNG BRASIL
MISEREOR
FIOCRUZ
FUNDO AMAZÔNIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INCENTIVO

+CULTURA
MINAS GERAIS